



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Eric Cavalcante Panca

**ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA AS
DECISÕES ECONÔMICAS DOS BRASILEIROS, NO PERÍODO DE 2022 A 2024.**

**GOIÂNIA
JUNHO 2026**

ERIC CAVALCANTE PANCA

2022.2.0021.0008-0

**ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA AS
DECISÕES ECONÔMICAS DOS BRASILEIROS, NO PERÍODO DE 2022 A 2024.**

Monografia apresentado à coordenação do curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) como parte das exigências a conclusão do curso de bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos

GOIÂNIA

JUNHO 2026

Eric Cavalcante Panca

**ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA AS
DECISÕES ECONÔMICAS DOS BRASILEIROS, NO PERÍODO DE 2022 A 2024.**

Monografia apresentado à coordenação do curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) como parte das exigências a conclusão do curso de bacharelado em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos
Presidente

Prof. Dr. Carlos Leão
Membro

Prof. Ms. Mauro César de Paula
Membro

Aprovado: 08/06/2026
Goiânia/GO

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força e saúde ao longo desta trajetória acadêmica, permitindo superar os desafios enfrentados durante a realização deste trabalho.

Expresso minha profunda gratidão aos meus pais, familiares e amigos, pelo apoio, incentivo e compreensão em todos os momentos, contribuindo de maneira essencial para minha formação pessoal e acadêmica.

Deixo registrado os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos pela dedicação, paciência e contribuições acadêmicas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa em que sua experiência e comprometimento foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Agradeço também aos professores e professoras do curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pelos ensinamentos transmitidos, pelo compromisso com a formação acadêmica e pela contribuição significativa para meu crescimento intelectual e profissional.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta monografia, oferecendo apoio, incentivo e colaboração ao longo dessa etapa da minha vida acadêmica.

RESUMO

A presente monografia teve como objetivo geral analisar a importância da educação para as finanças pessoais, investigando de que maneira a ausência de instrução formal sobre finanças na formação escolar brasileira influenciou a capacidade dos indivíduos de tomar decisões financeiras racionais nos anos de 2022 a 2024. Os resultados demonstraram elevados índices de endividamento das famílias brasileiras no período analisado. Observou-se que a baixa escolaridade e a menor renda agravaram a inadimplência. Além disso, a falta de educação financeira aumentou a vulnerabilidade econômica das famílias. A pesquisa evidenciou que a educação financeira contribui para uma melhor gestão orçamentária. Conclui-se que a educação financeira é essencial para reduzir o endividamento e fortalecer a estabilidade social.

Palavras-chaves: Educação Financeira; Endividamento; Inadimplência das Famílias Brasileiras.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil do Endividamento no Brasil em 2022.	33
Quadro 2 - Classificação do Endividamento das Famílias Brasileiras.	36
Quadro 3 - Principais Fatores Associados à Inadimplência no Brasil.	39
Quadro 4 - Relação entre Nível de Instrução e Endividamento das Famílias	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Endividamento das Famílias Brasileiras (2022–2024).....	29
Gráfico 2 - Inadimplência das Famílias por Região no Brasil (2022–2024)	32
Gráfico 3 - Percentual de Famílias Brasileiras Endividadas, com Dívidas em Atraso e sem Condições de Pagamento (dez/22, dez/23 e dez/24).	41
Gráfico 4 - Percepção das famílias sobre seu nível de endividamento (2022 a 2024).....	42
Gráfico 5 - Variação Anual (em Pontos Percentuais - p.p.).	44
Gráfico 6 - Distribuição dos Tipos de Dívida entre as Famílias Brasileiras (2022 a 2024).....	45
Gráfico 7 - Distribuição da população adulta por nível de instrução (2022–2024)	47
Gráfico 8 – Famílias Brasileiras com Dívidas em Atraso por Faixa de Renda (2022 a 2024).....	50
Gráfico 9 - Famílias Brasileiras sem Condições de Pagar Dívidas por Faixa de Renda.....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL E NO MUNDO.	11
1.1 Fundamentos e Conceitos da Educação Financeira.	11
1.2 Educação Financeira no Brasil e no Mundo.	16
1.3 A Importância da Educação Financeira no Cotidiano.	21
CAPÍTULO 2 - RELAÇÃO DO NÍVEL EDUCACIONAL COM O ENDIVIDAMENTO DOS BRASILEIROS	25
2.1 Níveis de Educação no Brasil.....	25
2.2 Perfil da Dívida no Brasil.	28
2.3 Tipos de Endividamento.....	34
2.4 Indicadores de Inadimplência e Superendividamento.	37
CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS.41	
BRASILEIRAS (2022–2024).....	41
3.1 Contexto Econômico Brasileiro e Desafios Financeiros (2022–2024).....	41
3.2 Análise do Comportamento Financeiro e do Endividamento das Famílias Brasileiras.	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	56
DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC	66
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA ...	67

INTRODUÇÃO

A educação financeira configura-se, na contemporaneidade, como um dos principais instrumentos de fortalecimento da autonomia econômica dos indivíduos, assumindo papel estratégico tanto no âmbito microeconômico quanto macroeconômico. Em um contexto marcado pela ampliação do acesso ao crédito, pela intensificação das relações de consumo e pela crescente complexidade dos produtos financeiros, a capacidade de administrar recursos, planejar despesas e avaliar riscos tornou-se competência essencial para a manutenção do equilíbrio orçamentário familiar. Nesse sentido, a ausência de formação sistemática em finanças pessoais pode comprometer significativamente a qualidade das decisões econômicas tomadas pelos indivíduos, refletindo-se em níveis elevados de endividamento e vulnerabilidade financeira.

Assim, a presente monografia justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão acerca do papel da educação financeira na realidade brasileira contemporânea, especialmente em um período de instabilidade econômica. Ao articular dados empíricos, fundamentação teórica e análise crítica, o estudo pretende contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da alfabetização financeira e à promoção de decisões econômicas mais conscientes e sustentáveis.

Nesse sentido, o Objetivo Geral desta monografia consiste em analisar a importância da educação para as finanças pessoais, investigando de que maneira a ausência de instrução formal sobre finanças na formação escolar brasileira influenciou a capacidade dos indivíduos de tomar decisões financeiras racionais nos anos de 2022 a 2024.

Para viabilizar o alcance desse objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes Objetivos Específicos: (i) identificar os principais desafios enfrentados pelos indivíduos em decorrência da ausência de conhecimento financeiro formal; (ii) investigar a relevância da educação financeira na tomada de decisões de consumo e investimento; (iii) examinar os impactos da insuficiência de conhecimento financeiro na gestão do orçamento pessoal, no endividamento e na taxa de poupança; e, (iv) analisar a predominância de decisões de consumo em detrimento de decisões de investimento ou poupança por parte da população brasileira.

Diante de algumas evidências apresentadas, o Problema dessa monografia apresenta a seguinte questão norteadora: qual é a importância da educação financeira do cidadão brasileiro na tomada de decisões econômicas?

A partir dessa problematização, estabelece-se como Hipótese que, em um contexto caracterizado por inflação acumulada de 5,79% no ano de 2022 e pela elevação da taxa Selic para 13,75% no período compreendido entre agosto de 2022 e julho de 2023, a ausência de educação financeira contribuiu significativamente para a adoção de decisões econômicas inadequadas, ampliando os níveis de endividamento observados nesse intervalo.

Essa pesquisa adotou uma abordagem descritiva e exploratória, combinando métodos qualitativos e quantitativos, com foco na análise da influência da educação financeira no endividamento das famílias brasileiras entre 2022 e 2024. Fundamentou-se em revisão bibliográfica, contemplando obras relevantes sobre educação financeira, escolaridade e comportamento econômico, e em dados secundários de instituições oficiais, como Banco Central, IBGE e CNC, incluindo os resultados da PEIC. A análise dos dados seguiu os métodos dedutivo e histórico, permitindo relacionar o contexto econômico às decisões financeiras das famílias e identificar padrões de endividamento e comportamento econômico.

Quanto à estrutura, a presente monografia está organizada em três Capítulos. No Capítulo 1, são apresentados os principais conceitos relacionados à educação financeira, abordando suas definições, sua evolução no Brasil e no mundo, bem como sua relevância no cotidiano dos indivíduos. O Capítulo 2, dedica-se à análise de dados secundários, contemplando informações sobre os níveis de educação no Brasil, o perfil da dívida das famílias brasileiras, os tipos de endividamento e os indicadores de inadimplência e superendividamento. Por fim, o Capítulo 3, apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa e desenvolve a análise do contexto econômico brasileiro no período de 2022 a 2024, examinando o comportamento do endividamento das famílias e discutindo os impactos da educação financeira na tomada de decisões econômicas, com vistas à validação da hipótese proposta.

CAPÍTULO 1 – ANÁLISE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO MUNDO E NO BRASIL.

1.1 Fundamentos e Conceitos da Educação Financeira.

Nas últimas décadas, a educação financeira tem assumido posição de destaque em debates acadêmicos, institucionais e sociais, especialmente em razão das transformações econômicas que caracterizam o mundo contemporâneo. O avanço da globalização, a ampliação do acesso ao crédito, a diversificação de produtos financeiros e o crescimento das plataformas digitais de serviços bancários, contribuíram para tornar o sistema financeiro cada vez mais complexo (Pereira, Cavalcante, Crocco, 2019). Nesse cenário, indivíduos e famílias passaram a lidar com um conjunto mais amplo de decisões relacionadas ao consumo, ao investimento e à gestão de recursos monetários.

A educação financeira constitui, então, de um processo fundamental de aprendizagem voltado ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas ao uso do dinheiro. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esse processo permite que os indivíduos ampliem sua compreensão sobre conceitos econômicos, produtos financeiros e riscos associados às decisões de consumo e investimento (OCDE, 2025).

Sob essa perspectiva, a educação financeira ultrapassa a simples aprendizagem de conteúdos técnicos relacionados à matemática financeira ou à economia. Trata-se de um campo de conhecimento que envolve também dimensões comportamentais, sociais e culturais que influenciam diretamente a forma como as pessoas lidam com o dinheiro (Pereira, Cavalcante, Crocco, 2019). Dessa maneira, compreender as finanças pessoais implica não apenas dominar conceitos como juros, inflação ou investimento, mas também desenvolver atitudes relacionadas ao planejamento, à disciplina financeira e à reflexão sobre padrões de consumo (Barbosa, 2020).

A facilidade de acesso ao crédito, por exemplo, ampliou significativamente as possibilidades de consumo da população. No entanto, sem o devido conhecimento sobre planejamento financeiro, juros e prazos de pagamento, muitos consumidores acabam assumindo compromissos financeiros que podem comprometer sua

estabilidade econômica no longo prazo. Nesse sentido, a educação financeira contribui para que os indivíduos compreendam melhor as implicações de suas escolhas financeiras e desenvolvam estratégias mais equilibradas para a gestão de seus recursos (Pereira, Cavalcante, Crocco, 2019).

Além disso, o desenvolvimento de competências financeiras possui relação direta com a promoção do bem-estar econômico e social. Segundo Cerbasi (2015), indivíduos que possuem maior conhecimento sobre finanças pessoais tendem a administrar seus recursos de forma mais eficiente, evitando endividamentos desnecessários e organizando melhor suas despesas. Esse processo favorece não apenas a estabilidade financeira, mas também a qualidade de vida das famílias, uma vez que possibilita maior controle sobre o orçamento e maior capacidade de planejamento para o futuro.

Entretanto, diversos estudos apontam que grande parte da população não recebe orientações adequadas sobre administração financeira ao longo de sua formação escolar. Conforme destaca Kiyosaki (2018), muitas pessoas chegam à vida adulta sem compreender conceitos fundamentais relacionados à gestão do dinheiro, como a diferença entre ativos e passivos, o funcionamento dos investimentos ou a importância do planejamento financeiro. Como consequência, acabam tomando decisões econômicas baseadas em impulsos de consumo ou em informações insuficientes, o que pode resultar em dificuldades financeiras ao longo da vida.

A compreensão dos princípios básicos da gestão financeira é essencial para o desenvolvimento da autonomia econômica. Nesse sentido, a educação financeira fornece instrumentos que auxiliam os indivíduos a compreender e administrar melhor suas finanças pessoais, favorecendo decisões mais responsáveis quanto ao uso dos recursos. Independentemente do nível de renda, famílias enfrentam desafios relacionados à organização do orçamento e ao planejamento de objetivos futuros, tornando o conhecimento financeiro um fator importante para equilibrar o consumo presente e a segurança financeira no longo prazo (Cerbasi, 2015).

Entre os diversos conceitos abordados no campo da educação financeira, destaca-se o planejamento financeiro como um dos elementos centrais para a organização da vida econômica. Segundo Silva, Francisco e Reis (2022), o planejamento financeiro consiste no processo de organizar receitas, despesas e objetivos financeiros, permitindo estabelecer metas, definir prioridades e direcionar

recursos para a realização de objetivos específicos, como aquisição de bens, formação de reservas ou investimentos.

De acordo com Huf e Zdanowicz (2017), o planejamento financeiro desempenha papel fundamental tanto no ambiente empresarial quanto no contexto das finanças pessoais. Ao analisar a situação financeira atual e estabelecer metas para o futuro, os indivíduos tornam-se capazes de organizar melhor suas ações e utilizar seus recursos de forma mais estratégica. Dessa maneira, o planejamento contribui para evitar desperdícios, reduzir riscos financeiros e promover maior estabilidade econômica ao longo do tempo.

No âmbito das finanças pessoais, o planejamento financeiro também contribui para o desenvolvimento de uma postura mais consciente em relação ao consumo. Antes de realizar uma compra ou assumir um compromisso financeiro, torna-se importante avaliar se essa decisão está alinhada com os objetivos previamente estabelecidos e com a capacidade financeira disponível. Essa reflexão permite evitar gastos impulsivos e favorece a construção de uma relação mais equilibrada com o dinheiro (Silva, Francisco e Reis, 2022).

Associado ao planejamento financeiro, outro instrumento amplamente utilizado na gestão das finanças pessoais é o orçamento. O orçamento consiste em um planejamento sistemático que registra todas as entradas e saídas de recursos financeiros em determinado período. Por meio desse instrumento, torna-se possível acompanhar de forma detalhada como o dinheiro está sendo utilizado, identificar padrões de consumo e avaliar a necessidade de ajustes na gestão dos recursos financeiros (Alves et al., 2020).

Segundo Massaro (2015), o orçamento representa uma ferramenta essencial para o controle financeiro, pois permite visualizar com maior clareza a situação econômica da família. Ao registrar receitas e despesas regularmente, os indivíduos podem identificar gastos excessivos, reduzir despesas desnecessárias e direcionar recursos para objetivos considerados prioritários. Dessa forma, o orçamento contribui significativamente para a organização financeira e para a realização de metas de curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, Cerbasi (2015) destaca que o equilíbrio financeiro depende da capacidade de manter uma relação saudável entre receitas e despesas. Para alcançar esse equilíbrio, torna-se necessário desenvolver hábitos relacionados à disciplina

financeira, ao controle de gastos e à definição de prioridades. Entre as práticas recomendadas pelo autor estão o registro sistemático das despesas, a análise do padrão de consumo e a avaliação constante das escolhas financeiras realizadas no cotidiano.

Um conceito importante no campo da educação financeira refere-se ao hábito de poupar. A poupança consiste na decisão de separar parte dos recursos obtidos no presente com o objetivo de utilizá-los posteriormente, seja para situações emergenciais ou para a concretização de determinados objetivos financeiros (Queiroz, 2025). A formação desse hábito está diretamente relacionada à disciplina financeira e à capacidade de priorizar metas de longo prazo em detrimento de desejos imediatos. Nesse sentido, a poupança constitui um dos pilares fundamentais para a construção de maior segurança financeira (Silva, Francisco e Reis, 2022).

Além da poupança, a educação financeira também aborda a importância dos investimentos como estratégia para o crescimento do patrimônio ao longo do tempo. Investir consiste na aplicação de recursos financeiros em ativos capazes de gerar retorno financeiro futuro. Entre as modalidades de investimento mais comuns encontram-se aplicações em renda fixa¹, fundos de investimento², ações e imóveis³. O conhecimento sobre essas alternativas permite que os indivíduos escolham opções mais adequadas ao seu perfil financeiro e aos seus objetivos pessoais (Pereira, Cavalcante, Crocco, 2019).

Importa destacar sobre respeito à compreensão do crédito. O crédito representa um mecanismo que permite aos indivíduos utilizar recursos financeiros antes de possuí-los integralmente, assumindo o compromisso de pagamento posterior. Embora esse instrumento possa facilitar a realização de projetos importantes, seu uso inadequado pode resultar em endividamento excessivo e comprometer a estabilidade financeira das famílias (Silva, Francisco e Reis, 2022).

No contexto brasileiro, o endividamento das famílias tem sido frequentemente associado à ausência de planejamento financeiro e à falta de conhecimento sobre

¹ Renda fixa, fundos de investimento e ações são formas de aplicação no mercado financeiro. A renda fixa envolve investimentos com regras de remuneração mais previsíveis, como títulos públicos e privados.

² Os fundos de investimento reúnem recursos de vários investidores para aplicação conjunta em diferentes ativos, sendo administrados por um gestor profissional

³ Já as ações representam pequenas partes de empresas, podendo gerar lucros por meio da valorização e do recebimento de dividendos, porém com maior risco devido às oscilações do mercado (Brasil, 2022).

juros, taxas e prazos de pagamento. Muitos consumidores assumem compromissos financeiros sem compreender plenamente os custos envolvidos nas operações de crédito, o que pode resultar em dificuldades econômicas significativas no longo prazo (Alves et al., 2020).

Um conceito fundamental relacionado à gestão financeira refere-se aos juros, que representam o custo do dinheiro ao longo do tempo. Para Massaro (2015), os juros podem exercer efeitos positivos ou negativos sobre as finanças pessoais. Ainda segundo o autor, quando associados a investimentos, contribuem para o crescimento do patrimônio; entretanto, quando vinculados a dívidas, podem aumentar significativamente o valor total a ser pago pelos consumidores.

Além dos aspectos técnicos, a educação financeira também envolve a compreensão do comportamento financeiro. Pesquisas na área da economia comportamental indicam que as decisões financeiras frequentemente são influenciadas por fatores emocionais, hábitos de consumo e pressões sociais. Dessa forma, escolhas relacionadas ao uso do dinheiro nem sempre seguem uma lógica estritamente racional, sendo frequentemente influenciadas por impulsos ou percepções subjetivas (Barbosa, 2020).

Nesse sentido, a educação financeira busca promover a reflexão sobre atitudes e comportamentos relacionados ao consumo e à administração do dinheiro. Ao desenvolver maior consciência sobre os próprios hábitos financeiros, os indivíduos tornam-se mais capazes de identificar padrões de consumo inadequados e adotar práticas mais equilibradas na gestão de seus recursos (Barbosa, 2020).

Um aspecto importante refere-se à relação entre educação financeira e cidadania. Indivíduos que compreendem o funcionamento do sistema financeiro e das relações econômicas tendem a participar de forma mais consciente da sociedade. Essa compreensão permite não apenas administrar melhor os recursos pessoais, mas também interpretar políticas econômicas, compreender tributos e refletir sobre questões relacionadas ao consumo responsável e à sustentabilidade econômica (Brasil, 2020).

Além disso, a educação financeira contribui para a construção de hábitos financeiros saudáveis. A prática de registrar gastos, evitar compras impulsivas e estabelecer metas financeiras favorece o desenvolvimento de comportamentos mais responsáveis em relação ao uso do dinheiro. Ao longo do tempo, esses hábitos podem

resultar em maior estabilidade econômica e melhor qualidade de vida (Alves et al., 2020).

De modo geral, a educação financeira constitui um importante instrumento para promover maior autonomia econômica, fortalecer a capacidade de planejamento dos indivíduos e favorecer a construção de uma relação mais consciente com o dinheiro. Ao adquirir conhecimentos relacionados ao consumo responsável, ao planejamento financeiro e à gestão das finanças pessoais, as pessoas tornam-se mais preparadas para enfrentar os desafios econômicos da vida cotidiana e construir trajetórias financeiras mais equilibradas (OCDE, 2025; Pereira, Cavalcante, Crocco, 2019).

Diante da relevância desse tema no cenário contemporâneo, torna-se pertinente compreender também como a educação financeira vem sendo incorporada em diferentes contextos institucionais e políticas públicas ao redor do mundo. Nesse sentido, o próximo tópico busca apresentar uma análise sobre o desenvolvimento da educação financeira no Brasil e em outros países, destacando iniciativas, programas educacionais e estratégias adotadas para promover a formação financeira da população.

1.2 Educação Financeira no Brasil e no Mundo.

A educação financeira tem assumido, nas últimas décadas, posição de destaque no debate sobre desenvolvimento econômico e social, sendo reconhecida internacionalmente como instrumento fundamental para a promoção do bem-estar individual e coletivo. Em um contexto marcado pela crescente complexidade dos sistemas financeiros, pela ampliação do acesso ao crédito e pela diversificação de produtos e serviços bancários, torna-se cada vez mais necessário que os indivíduos desenvolvam competências que lhes permitam tomar decisões econômicas de forma consciente, planejada e responsável (Cordeiro, Costa e Silva, 2018).

Nesse cenário, organismos multilaterais, especialmente a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), passaram a desempenhar papel central na disseminação da educação financeira em escala global. A instituição compreende a educação financeira como um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos que possibilitam aos indivíduos gerir adequadamente seus recursos ao longo da vida (OCDE, 2005). Dessa forma, a educação financeira não se

limita à compreensão de conceitos técnicos, mas envolve também a capacidade de aplicar tais conhecimentos em situações reais, contribuindo para escolhas mais eficientes e sustentáveis.

A implementação de estratégias nacionais de educação financeira tem sido apontada como um dos principais mecanismos para garantir a efetividade das ações nessa área. Essas estratégias permitem a articulação entre diferentes agentes institucionais, como governos, instituições financeiras, sistemas educacionais e organizações da sociedade civil, promovendo maior integração e coerência nas políticas públicas voltadas ao tema. Além disso, possibilitam a definição de diretrizes que consideram as especificidades culturais, sociais e econômicas de cada país, ampliando o alcance e a efetividade das iniciativas (OCDE, 2019).

Nesse contexto, a criação da *International Network on Financial Education* (INFE) representou um avanço significativo na consolidação da cooperação internacional. Essa rede tem como objetivo promover o intercâmbio de experiências, a disseminação de boas práticas e a produção de dados comparáveis sobre os níveis de alfabetização financeira das populações. A partir dessa articulação, tornou-se possível identificar lacunas no conhecimento financeiro e subsidiar a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas (OCDE, 2019).

Sob uma perspectiva teórica, diversos estudos evidenciam a relevância da educação financeira para a redução das desigualdades econômicas e sociais. De acordo com Vieira e Pessoa (2020), indivíduos que possuem maior nível de alfabetização financeira tendem a apresentar melhor capacidade de planejamento, maior propensão à poupança e decisões de investimento mais eficientes. De forma semelhante, Medeiros et al. (2022) destacam que níveis mais elevados de conhecimento financeiro estão diretamente associados à adoção de comportamentos econômicos mais adequados, contribuindo tanto para o bem-estar individual quanto para a estabilidade dos sistemas financeiros.

Apesar do reconhecimento global acerca da importância da educação financeira, sua implementação ocorre de maneira heterogênea, refletindo as particularidades históricas, institucionais e culturais de cada país. Em regiões como a África e parte do Oriente Médio, por exemplo, as iniciativas costumam priorizar populações em situação de vulnerabilidade social, sendo a educação financeira concebida como instrumento de inclusão e empoderamento econômico (Romão e

Amboni, 2024). Nesses contextos, a ênfase recai sobre o acesso a informações básicas e sobre a utilização de serviços financeiros formais.

Na América do Norte, especialmente nos Estados Unidos, a educação financeira apresenta uma trajetória mais consolidada, estando historicamente associada à estabilidade econômica das famílias e ao funcionamento do próprio sistema financeiro. Desde o século XX, políticas públicas vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de ampliar o acesso à informação e fomentar o desenvolvimento de competências financeiras ao longo da vida, envolvendo a participação conjunta de instituições públicas, privadas e educacionais (Vieira e Pessoa, 2020).

No Canadá, observa-se alinhamento às recomendações internacionais no que se refere à necessidade de introduzir a educação financeira desde as etapas iniciais da formação escolar. No entanto, ainda persistem desafios relacionados à sua efetiva integração nos currículos, especialmente no que diz respeito à formação de professores e à elaboração de materiais didáticos adequados (Boisclair, Busby e D'Astous, 2023). Tais dificuldades evidenciam que, embora haja avanços institucionais, a implementação prática ainda demanda aperfeiçoamentos.

Na América Latina, a educação financeira tem se desenvolvido de forma recente, estando associada, sobretudo, às políticas de inclusão financeira. Países como México, Chile e Colômbia têm implementado estratégias nacionais com o objetivo de ampliar o acesso ao sistema financeiro e promover competências econômicas. No entanto, apesar dos avanços, ainda persistem desafios relacionados às desigualdades socioeconômicas e às limitações estruturais, que dificultam a consolidação dessas iniciativas (CAF, 2021; OCDE, 2020).

No contexto europeu, observa-se um cenário marcado pela diversidade de abordagens. Em alguns países, como Portugal e República Tcheca, a educação financeira é incorporada de forma estruturada aos currículos escolares, sendo tratada como componente obrigatório da educação básica. Em outros casos, como no Reino Unido, Alemanha e Bélgica, a ausência de uma diretriz nacional unificada resulta em modelos descentralizados, nos quais a implementação do tema depende de decisões regionais ou institucionais (EBF, 2020).

Na Ásia e Oceania, também se verifica uma ampla pluralidade de experiências. Países como Japão e Coreia do Sul incorporam a educação financeira aos currículos escolares como parte da formação econômica e social dos estudantes. Já na

Austrália, observa-se uma abordagem que valoriza, além dos conhecimentos técnicos, os aspectos comportamentais das decisões financeiras, reconhecendo que atitudes e valores desempenham papel fundamental na gestão dos recursos (Messy e Monticone, 2016; OCDE, 2019).

Diante desse panorama internacional, percebe-se que, embora haja consenso quanto à relevância da educação financeira, sua implementação ainda enfrenta desafios relacionados à padronização conceitual e à avaliação de resultados. Conforme destacam Vieira e Pessoa (2020), a própria definição de alfabetização financeira apresenta variações, o que dificulta a construção de indicadores comparáveis e a mensuração da efetividade das políticas públicas adotadas.

No Brasil, a educação financeira passou a ganhar maior relevância a partir da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo Decreto nº 7.397/2010. Essa iniciativa teve como principal objetivo articular diferentes setores, incluindo o sistema financeiro, órgãos reguladores, instituições educacionais e entidades de defesa do consumidor, na promoção de ações voltadas ao desenvolvimento de competências financeiras na população (Ribeiro, 2020). A ENEF representou um marco na institucionalização do tema no país, ao estabelecer uma atuação coordenada e de alcance nacional.

Posteriormente, o Decreto nº 10.393/2020 promoveu a reformulação da estratégia e instituiu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), responsável por fortalecer a articulação entre os diversos agentes envolvidos, além de promover a integração e a divulgação de iniciativas relacionadas à educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal (Brasil, 2020). Essa estrutura evidencia o esforço do Estado brasileiro em consolidar políticas públicas mais organizadas, integradas e abrangentes nesse campo.

No âmbito educacional, um avanço significativo ocorreu com a inclusão da educação financeira na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017. A partir desse momento, o tema passou a ser considerado obrigatório na elaboração dos currículos da educação básica, sendo trabalhado de forma transversal, ou seja, integrado às diferentes áreas do conhecimento (Ilha et al., 2025; Teixeira et al., 2025). Essa abordagem favorece a interdisciplinaridade e amplia as possibilidades pedagógicas, permitindo a articulação entre conteúdos escolares e situações do cotidiano dos estudantes.

Nesse sentido, a educação financeira não deve ser compreendida apenas como aplicação de conceitos matemáticos, mas como um campo que envolve múltiplas dimensões do conhecimento. Vieira e Pessoa (2020) destacam que sua efetividade depende de uma abordagem interdisciplinar, capaz de integrar aspectos econômicos, sociais e comportamentais. De forma complementar, Nogueira (2024) ressalta que o trabalho com temas contemporâneos contribui para a superação de práticas pedagógicas tradicionais, promovendo uma visão mais ampla e integrada do conhecimento.

A adoção da educação financeira como tema transversal no Brasil está alinhada à proposta dos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), que visam contribuir para a formação integral dos estudantes. Esses temas abordam questões relevantes para a vida em sociedade, como cidadania, consumo consciente e uso responsável dos recursos financeiros (Teixeira et al., 2025). Ao relacionar o conteúdo escolar com situações reais, busca-se promover maior engajamento dos alunos e tornar o processo de aprendizagem mais significativo.

Em termos comparativos, o modelo brasileiro apresenta uma particularidade em relação a outros países, ao priorizar uma abordagem integradora e contínua da educação financeira. Diferentemente de nações que tratam o tema como disciplina específica ou conteúdo opcional, o Brasil busca incorporá-lo de forma articulada entre diferentes áreas do conhecimento, aproximando-o das experiências cotidianas dos estudantes e das demandas sociais contemporâneas. Dados de 2024 indicam que a maioria das iniciativas ocorre em universidades e escolas públicas, sendo que 41% das instituições incluem a educação financeira em disciplinas obrigatórias (Ilha et al., 2025).

Cerbasi (2015) argumenta que o aprendizado adquirido pelos estudantes pode extrapolar o ambiente escolar, influenciando positivamente o comportamento financeiro das famílias. Assim, a educação financeira assume um papel multiplicador, contribuindo não apenas para a melhoria das condições econômicas individuais, mas também para o fortalecimento da organização financeira no âmbito familiar.

Dessa forma, a educação financeira se consolida como um instrumento essencial para o desenvolvimento de competências que vão além da gestão individual dos recursos, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e preparados para enfrentar os desafios econômicos contemporâneos. Ao articular

conhecimentos técnicos, atitudes e valores, a educação financeira desempenha papel fundamental na construção de uma sociedade mais equilibrada, sustentável e socialmente justa (Cordeiro, Costa e Silva, 2018).

1.3 A Importância da Educação Financeira no Cotidiano.

A educação financeira vem se consolidando como um elemento fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, sobretudo em um cenário marcado pela crescente complexidade dos mercados financeiros, ampliação do acesso ao crédito e intensificação das práticas de consumo. Nesse contexto, a capacidade de compreender e administrar recursos financeiros torna-se essencial para garantir estabilidade econômica, autonomia e melhoria da qualidade de vida. Mais do que o domínio de conceitos técnicos, a educação financeira envolve dimensões comportamentais, sociais e culturais que influenciam diretamente as decisões econômicas dos indivíduos (Forte, 2020).

Nesse sentido, a educação financeira desempenha um papel central na organização das finanças pessoais, uma vez que abrange práticas como planejamento, controle e tomada de decisões relacionadas ao uso do dinheiro. Esse processo envolve etapas importantes, como o diagnóstico da situação financeira, a definição de metas em diferentes horizontes temporais e a adoção de estratégias adequadas à realidade de cada indivíduo ou família (Almeida et al., 2024). A compreensão de conceitos básicos, como renda, despesas, poupança e investimentos, mostra-se indispensável para manter o equilíbrio financeiro e prevenir situações de endividamento.

Além dos aspectos técnicos, a educação financeira está amplamente associada ao comportamento de consumo. Em uma sociedade influenciada por estímulos constantes do mercado e pela cultura do consumismo, torna-se necessário desenvolver senso crítico para distinguir entre necessidades e desejos. De acordo com Forte (2020), o consumo impulsivo pode comprometer a estabilidade financeira e gerar consequências negativas, como inadimplência e desequilíbrios emocionais. Dessa forma, a educação financeira contribui para a construção de hábitos mais conscientes, promovendo o uso responsável dos recursos disponíveis.

É relevante destacar o que se refere à formação dos hábitos financeiros desde a infância. O ambiente familiar exerce papel significativo nesse processo; no entanto, nem todos os indivíduos têm acesso a orientações adequadas no âmbito doméstico, o que reforça a importância da escola como espaço de formação. Martins e Coutinho (2022) destacam que a inserção da educação financeira no ambiente escolar possibilita o desenvolvimento de competências essenciais, como planejamento, organização e tomada de decisões, preparando os estudantes para lidar com situações financeiras reais ao longo da vida.

Dessa forma, a educação financeira no contexto educacional contribui para o fortalecimento do pensamento crítico e da autonomia dos alunos. Ao terem contato com temas como juros, inflação e investimentos, os estudantes tornam-se mais aptos a analisar situações do cotidiano e tomar decisões fundamentadas (Nemos; Duro; Fogliarini Filha, 2022). Além disso, o uso de metodologias ativas, como simulações e atividades práticas, tem se mostrado eficaz no processo de ensino-aprendizagem, tornando o conteúdo mais acessível, dinâmico e significativo.

Nessa perspectiva, Lazaretti Jr., Castanheira e Maschio (2024) enfatizam que a educação financeira deve ir além da simples transmissão de conteúdos, promovendo a construção de conhecimentos aplicáveis à realidade dos indivíduos. Assim, o ensino deve estimular a autonomia e a responsabilidade na gestão dos recursos, contribuindo para uma vida financeira mais equilibrada e consciente.

No âmbito social, a educação financeira exerce papel relevante na promoção da qualidade de vida e na redução das desigualdades. Fernandes e Fernandes (2024) apontam que indivíduos com maior nível de conhecimento financeiro tendem a tomar decisões mais conscientes, reduzindo o risco de endividamento e melhorando sua condição econômica. Além disso, consumidores informados contribuem para o funcionamento mais eficiente do mercado, estimulando a oferta de produtos e serviços mais adequados às suas necessidades.

Por outro lado, a ausência de educação financeira pode gerar impactos negativos tanto no plano individual quanto coletivo. Problemas como desorganização financeira, inadimplência e exclusão financeira estão frequentemente associados à falta de conhecimento sobre o tema (Martins; Coutinho, 2022). Em um nível mais amplo, essas dificuldades podem afetar a economia, demandando a intervenção do

Estado por meio de políticas públicas destinadas à correção de desequilíbrios financeiros.

Os fatores emocionais têm um impacto significativo nas decisões financeiras, com aspectos psicológicos frequentemente levando os indivíduos a escolhas impulsivas e prejudiciais ao equilíbrio financeiro. Nesse sentido, a educação financeira não se limita ao aprendizado técnico, mas também aborda o desenvolvimento de habilidades emocionais como autocontrole e disciplina (Domingos, 2022). Nesse contexto, a educação financeira deve ser compreendida como um processo contínuo, que envolve não apenas o aprendizado de conceitos, mas também o desenvolvimento de habilidades como disciplina, autocontrole e planejamento.

A educação financeira desempenha um papel crucial no planejamento de longo prazo, particularmente no que se refere à aposentadoria e à manutenção do padrão de vida. Ao proporcionar o entendimento sobre a importância da constituição de reservas financeiras e o uso consciente dos investimentos, contribui para a estabilidade econômica a longo prazo. Diante do aumento da expectativa de vida, torna-se essencial planejar o uso dos recursos ao longo do tempo, garantindo a manutenção do padrão de vida (Negri; Silva; Mendes, 2023). A constituição de reservas financeiras e a prática de investimentos são estratégias fundamentais para assegurar estabilidade econômica no futuro.

Estudos recentes demonstram que a educação financeira não só melhora o comportamento financeiro dos indivíduos, mas também auxilia significativamente na redução do endividamento, ao permitir uma maior conscientização sobre o uso responsável do crédito e o planejamento financeiro. Conforme destacam Merco, Bubeck e Rodrigues Junior (2025), o conhecimento financeiro contribui para decisões mais conscientes, evitando o uso inadequado do crédito e promovendo maior sustentabilidade financeira. Além disso, favorece a construção de uma cultura de planejamento, essencial para enfrentar imprevistos e alcançar objetivos pessoais.

Um benefício relevante da educação financeira é o estímulo ao comportamento empreendedor. Ao compreender melhor o funcionamento da economia, os indivíduos tornam-se mais preparados para identificar oportunidades de negócio e desenvolver iniciativas próprias, contribuindo para a geração de renda e o desenvolvimento econômico (Domingos, 2022). Esse aspecto torna-se ainda mais relevante em um

contexto de transformações no mercado de trabalho, no qual o empreendedorismo se apresenta como alternativa de inserção profissional.

No contexto educacional, evidências apontam que o uso de metodologias práticas e interdisciplinares potencializa o aprendizado da educação financeira. A abordagem contextualizada permite que os estudantes compreendam a aplicação dos conteúdos no cotidiano, tornando o ensino mais significativo (Almeida et al., 2024). Atividades como jogos, simulações e projetos favorecem o desenvolvimento de habilidades como tomada de decisão e resolução de problemas.

A produção científica recente também demonstra o crescimento do interesse pela temática, evidenciando sua relevância como campo interdisciplinar voltado à formação cidadã e ao desenvolvimento social (Bezerra, 2021). Esse avanço reforça a necessidade de ampliar o debate e implementar políticas públicas mais eficazes para a disseminação da educação financeira.

Dessa forma, a educação financeira deve ser compreendida como um instrumento essencial para o exercício da cidadania. Ao possibilitar o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências financeiras, contribui para a formação de indivíduos mais críticos, conscientes e participativos. A capacidade de planejar, tomar decisões informadas e utilizar os recursos de forma responsável é fundamental para a construção de uma sociedade mais equilibrada (Forte, 2020).

Por fim, evidencia-se que a educação financeira exerce papel indispensável no cotidiano, influenciando diretamente a qualidade de vida dos indivíduos e o desenvolvimento econômico e social. Sua inserção de forma contínua e estruturada, especialmente no ambiente educacional, é essencial para preparar os cidadãos para os desafios contemporâneos. Assim, investir em educação financeira significa promover não apenas o bem-estar individual, mas também o progresso coletivo (Domingos, 2022; Almeida et al., 2024; Merco; Bubeck; Rodrigues Junior, 2025).

CAPÍTULO 2 - RELAÇÃO DO NÍVEL EDUCACIONAL COM O ENDIVIDAMENTO DOS BRASILEIROS.

2.1 Níveis de Educação no Brasil.

A organização do sistema educacional brasileiro fundamenta-se em bases legais consolidadas, especialmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que define os níveis, etapas e modalidades de ensino no país. Compreender essa estrutura é essencial não apenas para analisar a educação formal, mas também para avaliar suas limitações e potencialidades na promoção da qualidade e preparação dos indivíduos para a vida econômica e social. Lena (2025) observa que a educação escolar brasileira se divide em dois níveis principais: Educação Básica e Educação Superior, sendo esta divisão determinante para a compreensão das finalidades pedagógicas atribuídas a cada etapa.

A Educação Básica constitui o alicerce da formação do indivíduo e compreende três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Cada etapa apresenta objetivos específicos e interligados, que se articulam progressivamente no desenvolvimento do educando. A Educação Infantil concentra-se no desenvolvimento integral da criança, promovendo socialização, coordenação motora, linguagem e habilidades cognitivas iniciais. Essa etapa estabelece as bases para a aprendizagem futura e a socialização cidadã, contribuindo para a formação de hábitos de estudo e de gestão do comportamento, elementos que influenciam diretamente a capacidade de organização financeira no futuro (Lena, 2025; Bezerra et al., 2019).

O Ensino Fundamental, dividido em anos iniciais e finais, tem como foco principal a alfabetização, o letramento em diferentes áreas do conhecimento e a consolidação de competências básicas, incluindo leitura, escrita, matemática e ciências. Bezerra et al. (2019) destacam que essa etapa é crucial para a aquisição de habilidades cognitivas e socioemocionais que possibilitam o desenvolvimento de pensamento crítico e capacidade de tomada de decisão, competências essenciais para a gestão financeira consciente. Além disso, o Ensino Fundamental busca reduzir desigualdades sociais, proporcionando acesso equitativo ao conhecimento, embora, na prática, a qualidade da aprendizagem ainda varie significativamente entre regiões e contextos socioeconômicos.

O Ensino Médio, por sua vez, visa aprofundar conhecimentos e preparar o estudante para o ingresso no mundo do trabalho, na vida acadêmica e para a participação social plena. Essa etapa inclui disciplinas que fortalecem o raciocínio lógico, a compreensão de fenômenos sociais e econômicos, e a habilidade de análise crítica de informações. Prado e Marin (2025) afirmam que a Educação Financeira, quando incorporada ao Ensino Médio, contribui para a formação de cidadãos mais conscientes sobre consumo, crédito e planejamento financeiro. A presença dessa temática permite aos estudantes compreender as implicações de decisões econômicas pessoais, reduzindo a vulnerabilidade ao endividamento futuro.

No contexto da Educação Básica, é importante diferenciar os conceitos de educação e ensino. Lena (2025) explica que educação se refere a um processo mais amplo e formativo, englobando aspectos cognitivos, sociais e éticos, especialmente na Educação Infantil, enquanto ensino representa um processo sistemático de transmissão de conhecimento, mais evidente nas etapas posteriores. Essa distinção auxilia na compreensão das funções específicas de cada etapa escolar e permite avaliar como a educação formal pode influenciar comportamentos financeiros, desde a organização pessoal até a gestão de recursos econômicos.

O sistema educacional brasileiro também contempla diferentes modalidades de ensino, destinadas a atender às necessidades específicas de distintos grupos sociais. Entre elas, destacam-se a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação a Distância (Bezerra et al., 2019). Essas modalidades reforçam o princípio da inclusão, reconhecendo a diversidade cultural, social e econômica da população. Entretanto, desafios persistem quanto à infraestrutura, formação docente, acesso às tecnologias e implementação de políticas públicas eficazes, fatores que impactam diretamente a qualidade do aprendizado e a formação de habilidades práticas, incluindo competências financeiras.

Além da organização estrutural, os fatores socioeconômicos exercem influência significativa sobre o desempenho escolar. Caprara (2020), baseado em Bourdieu, evidencia que estudantes com maior capital econômico e cultural tendem a alcançar melhores resultados acadêmicos, enquanto aqueles em situação de vulnerabilidade social enfrentam maiores obstáculos no processo de aprendizagem. O nível educacional dos pais, o acesso a recursos tecnológicos e culturais e o ambiente

familiar estão diretamente relacionados ao rendimento dos estudantes, podendo impactar também sua compreensão de planejamento financeiro e comportamento diante de crédito e consumo. Alunos que conciliam trabalho e estudo ou que vivem em contextos de baixa renda apresentam maior risco de evasão escolar e de baixo desempenho, perpetuando desigualdades históricas.

A expansão do acesso à educação no Brasil nas últimas décadas foi significativa. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2021) indicam aumento de matrículas em todas as etapas educacionais e redução do analfabetismo. Apesar desses avanços, persistem desafios quanto à qualidade do ensino e à equidade, evidenciando que o simples acesso à escola não garante aprendizado efetivo. Disparidades regionais e socioeconômicas refletem desigualdades estruturais, sendo o desempenho escolar ainda influenciado por condições externas à escola, como renda familiar, emprego dos pais e disponibilidade de recursos.

A educação superior, composta por cursos de graduação, pós-graduação e extensão, desempenha papel estratégico no desenvolvimento social e econômico do país. Bezerra et al. (2019) destacam que a formação acadêmica e profissional contribui para a qualificação do capital humano, produção de conhecimento e ampliação das oportunidades de emprego. No entanto, o acesso a esse nível educacional ainda é desigual, reproduzindo diferenças socioeconômicas. A presença de barreiras econômicas, sociais e culturais limita a inclusão e fortalece a relação entre escolaridade e capacidade de gestão financeira pessoal, uma vez que indivíduos com maior formação tendem a compreender melhor conceitos de orçamento, crédito e investimentos.

O modelo educacional brasileiro é descentralizado, com responsabilidades distintas entre União, estados e municípios. Os municípios gerenciam principalmente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, os estados concentram-se no Ensino Médio, enquanto a União coordena o Ensino Superior (OCDE, 2021). Embora a descentralização permita maior adaptação às realidades locais, também apresenta desafios de articulação entre os entes federativos, podendo gerar desigualdades na oferta educacional e ineficiência na utilização de recursos públicos.

No contexto da inclusão de temáticas contemporâneas, a Educação Financeira destaca-se como elemento transversal e essencial. Prado e Marin (2025) argumentam

que sua implementação crítica permite aos estudantes desenvolver habilidades para gerir recursos, planejar gastos, compreender crédito e avaliar riscos financeiros. Além disso, a Educação Financeira deve ser articulada à formação cidadã, incentivando reflexões sobre consumo consciente e responsabilidade social, alinhando-se à pedagogia freiriana que valoriza ética e consciência crítica na aprendizagem.

Portanto, a estrutura do sistema educacional brasileiro, embora sustentada por bases legais consistentes, enfrenta desafios quanto à qualidade, equidade e efetividade da aprendizagem. A ampliação do acesso às diferentes etapas educacionais, embora relevante, não garante resultados homogêneos, sendo necessária a implementação de políticas públicas integradas (Bezerra et al., 2019; Caprara 2020).

A incorporação de temáticas como Educação Financeira contribui para preparar indivíduos capazes de tomar decisões conscientes e estratégicas. Nesse sentido, o nível de escolaridade exerce influência direta sobre a autonomia financeira, determinando a forma como os indivíduos planejam seu consumo, utilizam o crédito e enfrentam situações de endividamento (Caprara, 2020). A análise do perfil de endividamento das famílias brasileiras evidencia como as diferenças na formação educacional se refletem na capacidade de organização financeira, na escolha de modalidades de crédito e na exposição ao risco de inadimplência.

2.2 Perfil da Dívida no Brasil.

O endividamento das famílias brasileiras envolve dimensões econômicas, sociais e culturais, não podendo ser analisado apenas sob a perspectiva individual. Ele decorre de transformações estruturais no sistema financeiro, nas políticas públicas e nos padrões de consumo, além de estar diretamente relacionado às expectativas sociais que moldam o comportamento financeiro dos indivíduos. Segundo Ancelmo e Freitas (2022), a cultura do consumo contemporânea estimula práticas contínuas de aquisição de bens e serviços, frequentemente desvinculadas das necessidades reais, contribuindo de forma significativa para o aumento do endividamento familiar.

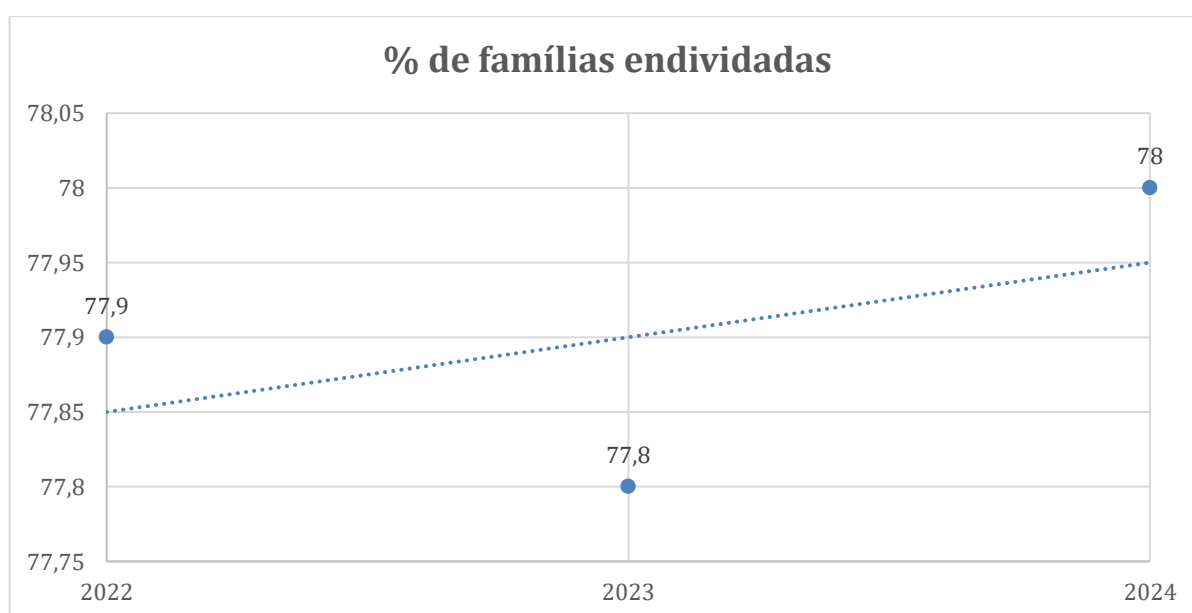
A sociedade de consumo moderna intensifica a dependência do crédito, transformando-o em instrumento central para a manutenção de padrões de vida percebidos como desejáveis socialmente. Bauman (2008) argumenta que, na

modernidade líquida, o consumo ultrapassa a função de suprir necessidades básicas e assume papel estratégico na construção da identidade individual. Esse comportamento gera um ciclo constante de desejo, aquisição e insatisfação, incentivando o uso recorrente de crédito, muitas vezes sem avaliação adequada das condições reais de quitação das obrigações.

Bourdieu (1983) enfatiza que o consumo possui uma dimensão simbólica, atuando como mecanismo de distinção social. Mesmo em condições econômicas desfavoráveis, práticas de consumo se mantêm, evidenciando a relação estreita entre consumo, status social e pressões simbólicas. Assim, o endividamento não é apenas uma consequência da decisão individual, mas também uma manifestação de padrões sociais e culturais que pressionam as famílias a consumir além de suas possibilidades.

A magnitude do fenômeno no Brasil é evidenciada pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC). Em 2022, 77,9% das famílias brasileiras estavam endividadas, percentual que se manteve praticamente estável em 2023 (77,8%) e apresentou leve crescimento em 2024 (78%) (CNC, 2022; 2023; 2024).

Gráfico 1 - Evolução do Endividamento das Famílias Brasileiras (2022–2024).



Fonte: Elaboração própria/CNC (2022, 2023, 2024).

Conforme demonstrado no Gráfico 1, os dados indicam que o endividamento das famílias brasileiras se mantém em níveis elevados ao longo do período analisado, evidenciando que não se trata de um fenômeno pontual, mas sim estrutural. Nesse

sentido, o elevado grau de endividamento consolida-se como característica persistente da economia brasileira, impactando diretamente a capacidade financeira das famílias, especialmente no que se refere ao consumo e à poupança.

A análise do comprometimento da renda com o pagamento de dívidas é fundamental para compreender a sustentabilidade financeira. Paim (2015) observa que o aumento da parcela da renda destinada ao pagamento de juros e encargos financeiros indica deterioração da condição econômica das famílias, limitando tanto o consumo quanto a capacidade de poupança. Nesse contexto, não todas as dívidas possuem o mesmo impacto: aquelas com juros elevados e prazos curtos tendem a gerar efeitos mais severos sobre a estabilidade financeira familiar.

Del Fiori et al. (2024) aprofunda a análise ao caracterizar indivíduos com endividamento de risco, que apresentam elevado comprometimento da renda, baixo nível de renda disponível e predomínio de crédito oneroso. Segundo o autor, o problema não se restringe ao acesso ao crédito, mas envolve a forma de uso e as condições em que ele é ofertado, destacando a importância de políticas públicas e práticas financeiras orientadas à mitigação de riscos.

A dimensão socioeconômica e demográfica também é determinante no perfil da dívida. A PEIC (2022) evidencia que mulheres, pessoas jovens, com escolaridade de 2º grau completo e renda média ou baixa são os grupos mais endividados. A proporção de dívidas em atraso alcançou o maior nível em 12 anos, refletindo juros elevados e aumento do nível de endividamento.

Os dados mostram que o aumento do endividamento feminino foi de 0,4 pontos percentuais (p.p.), enquanto o masculino apresentou redução de 0,1 p.p. nesse mesmo período. Para fins de análise, utiliza-se a variação em pontos percentuais⁴, que representa a diferença absoluta entre duas proporções (PEIC, 2022).

Apesar do aumento do endividamento feminino e da proporção de contas em atraso (+0,6 p.p.), as mulheres apresentaram melhores condições de pagamento em comparação aos homens, que, embora tivessem menor aumento nas dívidas, enfrentaram maior dificuldade em honrar os compromissos financeiros (PEIC, 2022; 2024). Quanto à faixa etária, indivíduos mais jovens foram mais impactados pelo

⁴ Ponto percentual refere-se à diferença absoluta entre duas porcentagens, sendo utilizado para indicar variações diretas entre valores percentuais. Por exemplo, quando uma taxa aumenta de 10% para 15%, diz-se que houve um acréscimo de 5 pontos percentuais. É importante destacar que essa variação difere do aumento relativo, que, no mesmo caso, corresponderia a 50% (Silva 2021).

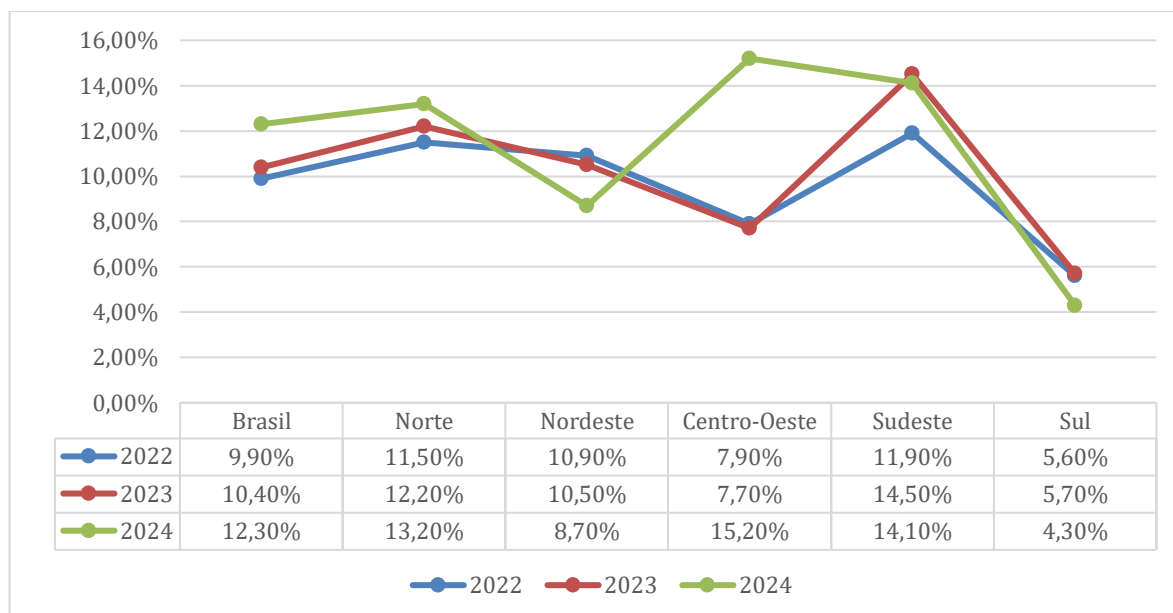
endividamento, enquanto pessoas mais velhas, embora menos endividadas, apresentaram maior exposição à inadimplência quando comprometeram parcelas de suas receitas.

A escolaridade também desempenha papel relevante na gestão da dívida. Consumidores com ensino médio completo apresentaram maior endividamento, enquanto aqueles com menor nível educacional demonstraram maior vulnerabilidade à inadimplência, refletindo a relação entre conhecimento financeiro, capacidade de planejamento e uso consciente do crédito (Caprara, 2020; PEIC, 2022). Dessa forma, o perfil da dívida revela a interação entre gênero, idade e escolaridade, apontando desigualdades estruturais que influenciam o comportamento financeiro das famílias brasileiras.

O endividamento reflete ainda desigualdades regionais e estruturais. O Banco Central do Brasil (2023) indica que famílias de menor renda apresentam maior exposição ao endividamento de risco, em razão da combinação entre baixa capacidade de pagamento, maior utilização de crédito oneroso e maior incidência de inadimplência.

A análise das famílias sem condições de pagar dívidas em atraso entre 2022 e 2024 evidencia o agravamento da vulnerabilidade financeira no contexto pós-pandêmico. Dados são evidenciados no Gráfico 2 demonstram que em nível nacional, o percentual aumentou de 9,9% para 12,3%, refletindo os efeitos persistentes da pandemia, como a elevação do custo de vida, a instabilidade no mercado de trabalho e o aumento das taxas de juros. No âmbito regional, destacam-se diferenças significativas. O Centro-Oeste apresentou o maior crescimento, passando de 7,9% para 15,2%, enquanto o Sul manteve os menores índices, com redução para 4,3%. Já as regiões Norte e Sudeste registraram níveis elevados, ao passo que o Nordeste apresentou leve queda, atingindo 8,7% em 2024.

Gráfico 2 - Inadimplência das Famílias por Região no Brasil (2022–2024)



Fonte: Elaboração própria/Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC/CNC).

Conforme o Gráfico 2, verifica-se uma tendência de elevação da inadimplência no país, ainda que de forma heterogênea entre as regiões. Destaca-se o crescimento expressivo no Centro-Oeste, em contraste com a estabilidade observada no Sul, o que evidencia a intensificação das desigualdades regionais no cenário econômico brasileiro e reforça a necessidade de políticas públicas direcionadas às especificidades locais.

A expansão do crédito nas últimas décadas ampliou a inclusão financeira, mas, combinada à ausência de educação financeira, contribuiu para o endividamento estrutural das famílias, agravado pelos efeitos econômicos da pandemia, como aumento do custo de vida e instabilidade no mercado de trabalho. Segundo Del Fiori et al. (2024), a relação crédito/PIB aumentou significativamente, promovendo a inclusão financeira de milhões de brasileiros. No entanto, a ampliação do acesso ao crédito não foi acompanhada por um crescimento proporcional da capacidade de pagamento nem por avanços na educação financeira, gerando efeitos contraditórios.

Nesse sentido, Bauman (2008) ressalta que a sociedade contemporânea incentiva o consumo como forma de pertencimento social, transferindo ao indivíduo a responsabilidade pela estabilidade financeira e reforçando a individualização do endividamento, sem considerar os fatores estruturais que influenciam a vulnerabilidade econômica.

Fatores macroeconômicos, como inflação e taxa Selic, também afetam o perfil de endividamento. Em 2023, a Selic atingiu 13,65%, refletindo em custos mais altos de crédito e contribuindo para inadimplência (Marocke, 2024). A elevação da inflação sobre produtos essenciais aumenta a necessidade de financiamento, reduzindo a capacidade de pagamento das famílias. Assis (2024) observa que a alta da inflação sobre bens básicos provoca endividamento inesperado, pois os consumidores não conseguem substituir facilmente tais produtos, intensificando a pressão sobre a renda disponível.

Os impactos do endividamento vão além da esfera econômica, afetando a qualidade de vida. Claudiano (2025) destaca que dívidas elevadas estão associadas a estresse, ansiedade, conflitos familiares, deterioração de relações interpessoais e exclusão social. Assim, compreender o perfil da dívida exige análise interdisciplinar, envolvendo dimensões quantitativas, sociais e psicológicas, permitindo a formulação de estratégias mais eficazes para prevenção de vulnerabilidades financeiras.

Portanto, o perfil de endividamento das famílias brasileiras evidencia fatores interligados, desde a dinâmica de consumo individual até processos estruturais da economia e desigualdades históricas, incluindo gênero, idade e escolaridade (BANCO CENTRAL, 2023; Claudiano, 2025). Diante da diversidade de fatores que influenciam o endividamento das famílias brasileiras, é possível sintetizar os principais elementos conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Perfil do Endividamento no Brasil em 2022.

Fator	Característica
Endividamento total	~78% das famílias
Gênero	Maior entre mulheres
Idade	Maior entre jovens
Escolaridade	Ensino médio completo mais endividado
Renda	Maior risco em famílias de baixa renda
Região	Norte e Nordeste mais vulneráveis

Fonte: Elaboração própria, 2026.

É evidenciado no Quadro 1, que o endividamento no Brasil apresenta forte relação com fatores socioeconômicos e demográficos, evidenciando desigualdades estruturais que influenciam diretamente a vulnerabilidade financeira das famílias. Diante dessa configuração, torna-se fundamental compreender não apenas o perfil do

endividamento, mas também suas diferentes formas de manifestação, classificadas conforme origem, finalidade e risco financeiro.

2.3 Tipos de Endividamento.

O endividamento das famílias brasileiras configura-se como um processo dinâmico influenciado por fatores econômicos e comportamentais, podendo ser analisado a partir de diferentes perspectivas teóricas e empíricas. Conforme destacam Santos et al. (2025), o crescimento do endividamento no Brasil está diretamente relacionado à expansão das oportunidades de financiamento em um cenário de limitada alfabetização financeira, o que compromete a capacidade de tomada de decisões no âmbito das finanças pessoais.

Sob a ótica das modalidades de crédito, o endividamento pode ser classificado em operações com garantia e sem garantia, para compreender os níveis de risco e custo financeiro envolvidos. De acordo com Hennings e Ribeiro (2026), operações com garantia, como financiamento habitacional, crédito consignado e financiamento de veículos, apresentam taxas de juros mais reduzidas e menor risco de inadimplência. Em contrapartida, modalidades sem garantia, como cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal não consignado, possuem custos mais elevados e maior exposição ao risco, sendo amplamente utilizadas por grupos economicamente mais vulneráveis, especialmente em situações emergenciais.

A análise da distribuição do endividamento por faixa de renda evidencia importantes desigualdades no acesso ao crédito e na exposição ao risco financeiro. Conforme Hennings e Ribeiro (2026), famílias com renda de até dois salários-mínimos concentram maior proporção de dívidas em modalidades sem garantia, o que eleva significativamente a probabilidade de inadimplência. Esse cenário demonstra que o endividamento não afeta de maneira homogênea a população, incidindo de forma mais intensa sobre grupos socialmente vulneráveis.

Outra forma de classificação relevante refere-se à finalidade das obrigações financeiras assumidas, que pode assumir diferentes configurações conforme o objetivo da dívida. Segundo Claudiano (2025), o endividamento de consumo é o mais recorrente, relacionado à aquisição de bens e serviços voltados às necessidades cotidianas, frequentemente por meio de crédito rotativo ou parcelamentos. O

endividamento habitacional, por sua vez, refere-se a financiamentos de longo prazo voltados à aquisição de imóveis, enquanto o endividamento educacional está relacionado ao investimento em formação acadêmica. Ademais, destacam-se as dívidas decorrentes de despesas com saúde, geralmente imprevistas, e o endividamento empresarial familiar, caracterizado pelo uso de recursos pessoais para manutenção de atividades econômicas.

No que se refere à origem das dívidas, é possível distinguir entre endividamento bancário e não bancário, o que amplia a compreensão da dinâmica financeira das unidades familiares. O endividamento bancário envolve dívidas contraídas junto a instituições financeiras, como empréstimos e financiamentos, enquanto o endividamento não bancário refere-se a compromissos assumidos no comércio e em serviços essenciais, como contas de água, energia elétrica e telefonia (FGV IBRE, 2025). Essa distinção mostra-se especialmente relevante em contextos de baixa renda, nos quais o atraso em despesas básicas representa parcela significativa do endividamento.

Além das classificações estruturais, o endividamento também pode ser analisado sob uma perspectiva comportamental, considerando o perfil do consumidor. Nesse sentido, Lucena et al. (2014) classificam os indivíduos em endividados ativos, passivos e sobreendividados. O endividado ativo caracteriza-se pela contração recorrente de dívidas associadas ao consumo excessivo, enquanto o passivo se endivida em decorrência de fatores imprevistos, como desemprego ou problemas de saúde. Já o sobreendividado é aquele indivíduo que adquiriu um volume de compromissos financeiros superior à sua capacidade de pagamento, de modo que a renda percebida não é suficiente para honrar todas as obrigações sem comprometer seu mínimo existencial (Lucena et al., 2014).

Diante das diferentes formas de classificação do endividamento, é possível sistematizar os principais critérios e suas características, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação do Endividamento das Famílias Brasileiras.

Critério	Classificação	Características
Tipo de crédito	Com garantia	Juros menores, menor risco (ex: financiamento)
	Sem garantia	Juros elevados, maior risco (ex: cartão, cheque especial)
Finalidade	Consumo	Bens e serviços do dia a dia
	Habitacional	Aquisição de imóveis
	Educacional	Investimento em formação
	Saúde	Despesas imprevistas
Origem	Bancário	Instituições financeiras
	Não bancário	Contas e comércio
Perfil do consumidor	Ativo	Consumo excessivo
	Passivo	Situações imprevistas
	Sobreendividado	Sem capacidade de pagamento

Fonte: Elaboração própria, 2026

Conforme evidenciado no Quadro 2, o endividamento das famílias brasileiras apresenta múltiplas dimensões, envolvendo aspectos financeiros, sociais e comportamentais, o que reforça a complexidade do fenômeno.

A distinção entre endividamento e inadimplência também se mostra fundamental para a compreensão dessa dinâmica. Conforme Rebouças, Rocha e Costa (2017), o indivíduo endividado é aquele que possui obrigações financeiras assumidas, mas mantém seus pagamentos em dia, enquanto o inadimplente é aquele que não consegue cumprir os prazos estabelecidos. Essa diferenciação evidencia que o endividamento, por si só, não representa necessariamente um problema, sendo a inadimplência o estágio em que os efeitos negativos se tornam mais evidentes.

Estudos recentes apontam que o endividamento das famílias brasileiras está associado ao consumo e ao uso de instrumentos de crédito de curto prazo. Del Fiori et al. (2024) destacam que o cartão de crédito se configura como o principal mecanismo de endividamento, especialmente devido à sua facilidade de acesso e à possibilidade de parcelamento. Entretanto, o uso inadequado desse instrumento, sobretudo por meio do crédito rotativo, pode resultar em elevadas taxas de juros e no aumento do comprometimento da renda familiar.

Nesse contexto, observa-se a formação de um ciclo de endividamento, no qual os indivíduos recorrem a novas dívidas para quitar obrigações anteriores, agravando progressivamente sua situação financeira. Conforme Del Fiori et al. (2024), esse

padrão recorrente está fortemente associado à insuficiência de conhecimentos financeiros básicos e à ausência de planejamento, fatores que contribuem para a perpetuação do endividamento e para o aumento do risco de inadimplência.

Cabe destacar o que diz respeito ao comprometimento da renda familiar com o pagamento de dívidas, indicador que reflete a sustentabilidade financeira dos indivíduos. Uma parcela significativa da renda das famílias brasileiras está comprometida com obrigações financeiras, o que reduz a capacidade de consumo, investimento e enfrentamento de imprevistos econômicos (FGV IBRE, 2025).

Além dos impactos econômicos, o endividamento também produz efeitos psicológicos e sociais relevantes. Kunkel, Vieira e Potrich (2015) destacam que o acúmulo de dívidas está associado ao aumento de estresse, ansiedade e conflitos familiares, afetando diretamente a qualidade de vida dos indivíduos e seu desempenho em diferentes esferas sociais.

Adicionalmente, fatores macroeconômicos, como desemprego e redução da renda, desempenham papel determinante na ampliação do endividamento. Conforme dados da Serasa (2022), a perda de emprego e a diminuição da renda figuram entre as principais causas da inadimplência no Brasil, evidenciando a influência do contexto econômico sobre a capacidade de pagamento das famílias.

Destaca-se, nesse contexto, que o endividamento das famílias brasileiras resulta da interação entre fatores econômicos, sociais e comportamentais. Conforme Valentim et al. (2022), a ampliação do crédito pode gerar efeitos negativos quando não há avaliação adequada da capacidade de pagamento. Nesse cenário, torna-se fundamental avançar na análise dos mecanismos que permitem identificar o agravamento dessa condição, especialmente por meio dos indicadores de inadimplência e superendividamento.

2.4 Indicadores de Inadimplência e Superendividamento.

O fenômeno do endividamento das famílias brasileiras tem assumido proporções cada vez mais expressivas nas últimas décadas, especialmente no período pós-Pandemia. A partir da análise dos indicadores de inadimplência e superendividamento, observa-se que tais fenômenos não podem ser compreendidos de forma isolada. Nesse sentido, estudos empíricos, como o de Lopes et al. (2017), e

análises teóricas, como as de Sampaio (2018) e Lima (2023), aliados aos dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC 2022), permitem uma compreensão abrangente da problemática.

Inicialmente, é importante distinguir os conceitos de inadimplência e superendividamento. Segundo Sampaio (2018), a inadimplência refere-se ao não pagamento de obrigações financeiras dentro do prazo estabelecido, sendo um indicador relevante de risco para o sistema financeiro. Já o superendividamento, para o mesmo autor, configura-se como uma situação mais grave, caracterizada pela impossibilidade do consumidor, de boa-fé, quitar suas dívidas sem comprometer o mínimo existencial necessário à sua subsistência. Conforme Lima (2023), essa condição ultrapassa a inadimplência pontual, refletindo uma incapacidade duradoura de reorganização financeira.

Um dos principais indicadores associados à inadimplência, conforme apontado por Lopes et al. (2017), é a renda do consumidor. Indivíduos com menor renda apresentam maior probabilidade de inadimplência, uma vez que possuem menor capacidade de absorver choques econômicos, como aumento da inflação ou perda de emprego. Esse dado é corroborado pela PEIC 2022, que mostra maior incidência de inadimplência entre famílias de baixa renda, com 32,3% apresentando dívidas em atraso. Tal realidade evidencia a vulnerabilidade econômica dessas famílias e sua maior exposição ao risco de superendividamento.

A taxa de juros também se torna um fator complexo em relação a inadimplência. Embora, em teoria, juros elevados aumentem o custo do crédito e, consequentemente, o risco de inadimplência, o estudo de Lopes et al. (2017) aponta uma relação inversa em determinados contextos. Isso ocorre porque taxas mais altas podem estar associadas a critérios mais rigorosos de concessão de crédito, reduzindo o risco de inadimplência entre os tomadores. No entanto, no contexto brasileiro recente, a elevação das taxas de juros, especialmente entre 2020 e 2022, contribuiu significativamente para o aumento do comprometimento da renda das famílias, que chegou a 30,2% em média, segundo a PEIC.

O prazo do financiamento também se destaca como indicador relevante. Conforme Lopes et al. (2017), quanto maior o número de parcelas, maior a probabilidade de inadimplência. Isso se deve à maior exposição a eventos inesperados ao longo do tempo, como desemprego, doenças ou crises econômicas.

Essa lógica contribui diretamente para o superendividamento, uma vez que compromissos financeiros de longo prazo limitam a capacidade de ajuste do orçamento familiar diante de imprevistos.

Diante dos fatores apresentados, é possível sintetizar os principais determinantes da inadimplência no Brasil, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Principais Fatores Associados à Inadimplência no Brasil.

Fator	Impacto na inadimplência	Explicação
Renda	Alto	Baixa renda aumenta o risco
Taxa de juros	Alto	Eleva o custo do crédito
Prazo do financiamento	Médio/Alto	Maior número de parcelas aumenta o risco
Tipo de crédito	Alto	Modalidades como cartão e cheque especial são mais arriscadas
Comportamento do consumidor	Alto	Consumo impulsivo eleva a inadimplência
Relacionamento bancário	Médio	Histórico reduz o risco

Fonte: Elaboração própria, 2026.

Como evidenciado no Quadro 3, a inadimplência das famílias brasileiras resulta de múltiplos fatores, incluindo renda, taxas de juros, prazo do financiamento e comportamentos de consumo impulsivo. Assim, não apenas variáveis econômicas influenciam o endividamento, mas também aspectos relacionados ao comportamento e à tomada de decisão dos consumidores.

O superendividamento, por sua vez, não pode ser analisado apenas sob a ótica econômica. Conforme Sampaio (2018), a sociedade contemporânea valoriza o consumo imediato e o imediatismo, fatores que estimulam decisões financeiras impulsivas. A modalidade de crédito utilizada também impacta diretamente os níveis de inadimplência: cartões de crédito e cheque especial apresentam maior risco devido à facilidade de acesso e às altas taxas de juros. A PEIC 2022 confirma que o cartão de crédito está presente em 86,6% das famílias endividadas, consolidando-se como a principal forma de dívida de curto prazo com juros elevados.

Além disso, o excesso de informações e estímulos publicitários contribui para a sobrecarga cognitiva, dificultando escolhas financeiras racionais (Silva, 2023). No plano comportamental, o tempo de relacionamento com a instituição financeira é

relevante: clientes com histórico bancário mais longo apresentam menor probabilidade de inadimplência, em razão do melhor conhecimento do perfil do consumidor pelas instituições.

No plano econômico, a expansão do crédito no Brasil desde os anos 2000 promoveu inclusão financeira e aumento do consumo, mas também contribuiu para o crescimento do endividamento, especialmente entre as classes mais vulneráveis (Silva, 2023). A Pandemia de COVID-19 intensificou esse cenário, provocando redução da renda, aumento do desemprego e elevação dos preços, levando muitas famílias a recorrer ao crédito para atender necessidades básicas.

A dimensão jurídica do superendividamento ganhou relevância com a Lei n.º 14.181/2021, que institui mecanismos de prevenção e tratamento, promovendo princípios como a dignidade da pessoa humana, o mínimo existencial e o crédito responsável (Lima, 2023). Entre os instrumentos previstos estão educação financeira, transparência nas relações de consumo e renegociação coletiva de dívidas. Conforme Sampaio (2018), o tratamento ocorre em duas fases: extrajudicial, baseada na conciliação, e judicial, que permite a repactuação compulsória das dívidas, prevenindo a exclusão social decorrente do endividamento excessivo.

Em síntese, os fenômenos de inadimplência e superendividamento são multifatoriais e interdependentes, envolvendo dimensões econômicas, sociais, culturais e jurídicas. A compreensão desses indicadores é essencial para o desenvolvimento de estratégias integradas de prevenção e tratamento, garantindo não apenas a estabilidade econômica, mas também a proteção da dignidade humana e a inclusão social das famílias brasileiras no sistema econômico.

**CAPÍTULO 3 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS
BRASILEIRAS (2022–2024).**

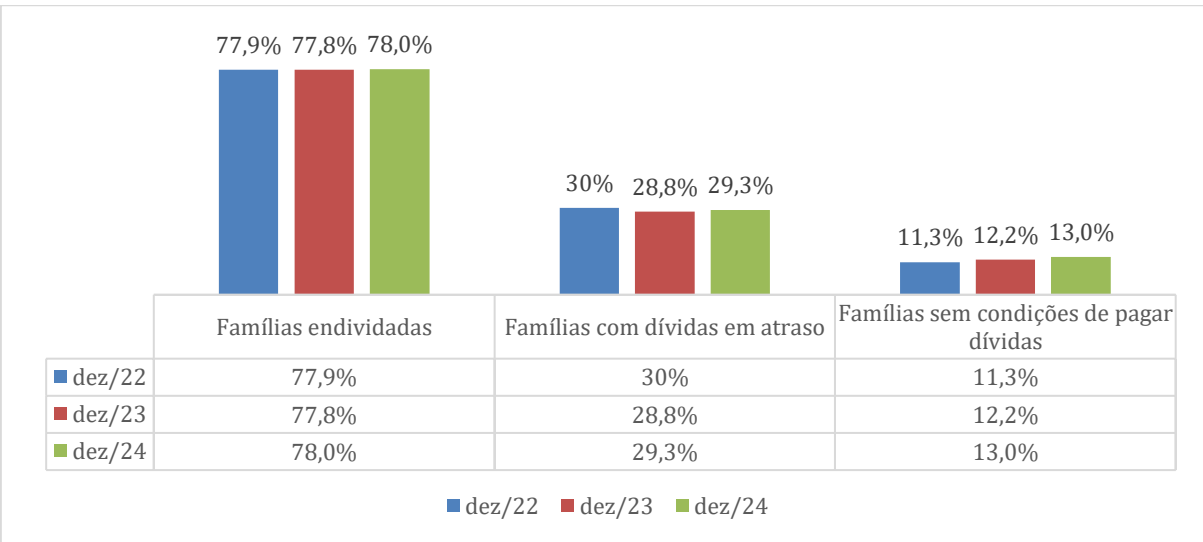
3.1 Contexto Econômico Brasileiro e Desafios Financeiros (2022–2024).

Entre 2022 e 2024, o cenário econômico brasileiro foi marcado pelo comprometimento crescente da renda familiar e pela ampliação das dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias brasileiras. O período foi caracterizado pela persistência da inflação, aumento do custo de vida, elevação das taxas de juros e redução do poder de compra da população, fatores que impactaram diretamente o equilíbrio financeiro das famílias e ampliaram a dependência do crédito para manutenção do consumo.

Conforme os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC/CNC), o percentual de famílias endividadas permaneceu acima de 77% durante todo o período analisado, registrando 77,9% em 2022, 77,8% em 2023 e 78% em 2024, conforme mostra o Gráfico 3.

Apesar da relativa estabilidade dos índices de endividamento, observa-se um agravamento da situação financeira das famílias quando analisados os indicadores de inadimplência e incapacidade de pagamento das dívidas.

Gráfico 3 - Percentual de Famílias Brasileiras Endividadas, com Dívidas em Atraso e sem Condições de Pagamento (dez/22, dez/23 e dez/24).



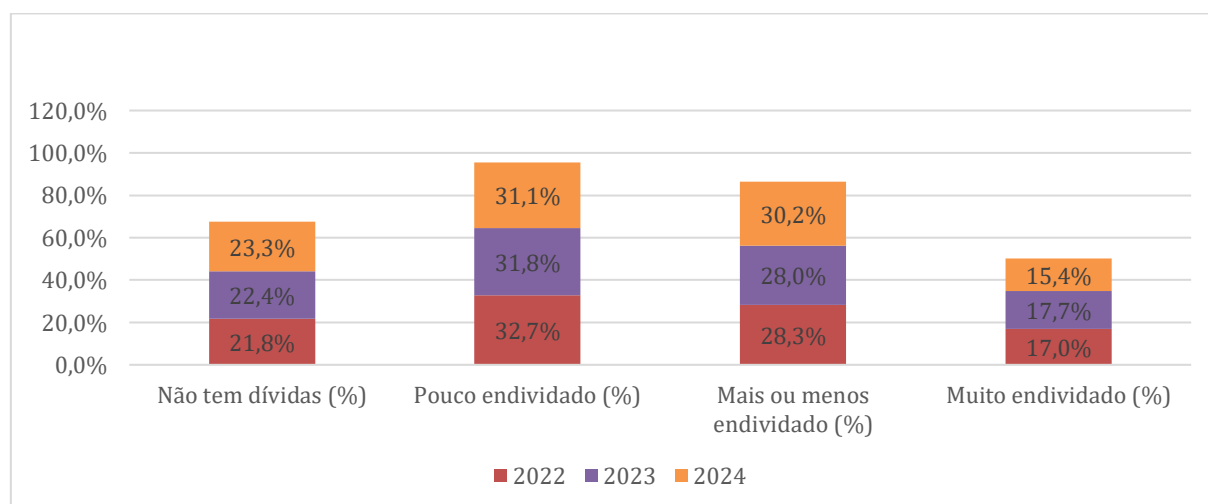
Fonte: PEIC/CNC (2022; 2023; 2024).

A análise do Gráfico 3 demonstra que o percentual de famílias brasileiras com dívidas em atraso apresentou pequenas oscilações ao longo do período, passando de 30% em 2022 para 28,8% em 2023, voltando a crescer para 29,3% em 2024. Esse comportamento evidencia que, mesmo diante de momentos pontuais de redução da inadimplência, as dificuldades financeiras permaneceram presentes no orçamento da população.

O dado mais relevante, contudo, refere-se ao crescimento contínuo do percentual de famílias sem condições de pagar suas dívidas, que passou de 11,3% em 2022 para 12,2% em 2023, atingindo 13% em 2024. Esse aumento evidencia o agravamento da vulnerabilidade financeira da população e demonstra que parte significativa das dívidas passou a refletir dificuldades estruturais de manutenção da renda e das despesas básicas.

Além dos indicadores objetivos de endividamento, a percepção das famílias em relação à própria situação financeira revela aspectos importantes sobre o comportamento de consumo e o comprometimento da renda no período analisado. Conforme demonstrado no Gráfico 4, o percentual de famílias que afirmaram não possuir dívidas apresentou leve crescimento entre 2022 e 2024, passando de 21,8% para 23,3%. Esse comportamento sugere que parte das famílias conseguiu reorganizar suas finanças, reduzir a utilização do crédito ou adotar estratégias mais cautelosas de consumo diante do cenário econômico adverso.

Gráfico 4 - Percepção das famílias sobre seu nível de endividamento (2022 a 2024).



Fonte: PEIC/CNC (2022; 2023; 2024).

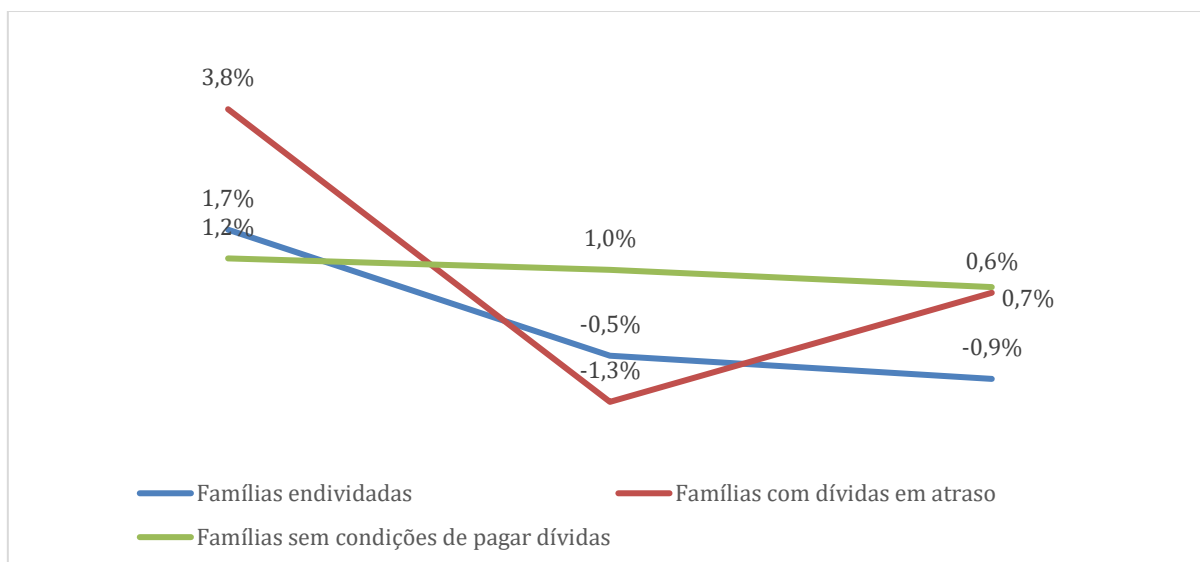
Apesar desse avanço, a maior parcela das famílias brasileiras ainda se concentra nas categorias “pouco endividado” e “mais ou menos endividado”, que juntas representaram percentuais superiores a 60% ao longo de todo o período analisado. Em 2024, por exemplo, 31,1% das famílias se consideravam pouco endividadas, enquanto 30,2% classificavam-se como mais ou menos endividadas. Esses dados evidenciam que o endividamento permanece amplamente disseminado entre a população endividada, mesmo entre aquelas que não se encontram em situação crítica de inadimplência.

Observa-se também uma redução gradual no percentual de famílias que se consideram “muito endividadas”, passando de 17% em 2022 para 15,4% em 2024. Embora essa redução possa indicar uma leve melhora na percepção financeira de parte da população, os índices ainda permanecem elevados e refletem a persistência das dificuldades econômicas enfrentadas pela população, especialmente em um contexto de inflação elevada, encarecimento do crédito e comprometimento da renda com despesas essenciais.

Os dados do Gráfico 4 demonstram que o endividamento da população entre 2022 e 2024 não esteve relacionado apenas ao consumo excessivo, mas também às dificuldades estruturais de manutenção do orçamento doméstico em um cenário de instabilidade econômica. Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de fortalecimento de políticas de educação financeira, planejamento orçamentário e ampliação do acesso a condições de crédito mais sustentáveis, visando reduzir a vulnerabilidade financeira das famílias no longo prazo (Caprara, 2020)

A análise da variação anual dos indicadores financeiros das famílias brasileiras, de acordo com o Gráfico 5, evidencia a persistência da instabilidade econômica e do comprometimento da renda familiar entre 2022 e 2024. Embora o percentual total de famílias endividadas tenha apresentado pequenas oscilações ao longo do período, observa-se comportamento distinto nos indicadores relacionados à inadimplência e à incapacidade de pagamento das dívidas.

Gráfico 5 – Variação Anual das Famílias Endividadas (p.p.).



Fonte: PEIC/CNC (2022; 2023; 2024).

Entre 2022 e 2023, o percentual de famílias endividadas apresentou leve redução de 0,5 ponto percentual, enquanto o índice de famílias com dívidas em atraso registrou queda mais significativa, de 1,3 ponto percentual. Apesar dessa melhora momentânea, o percentual de famílias sem condições de pagar suas dívidas aumentou 1,0 ponto percentual no mesmo período, indicando que parte da população continuou enfrentando dificuldades severas de reorganização financeira.

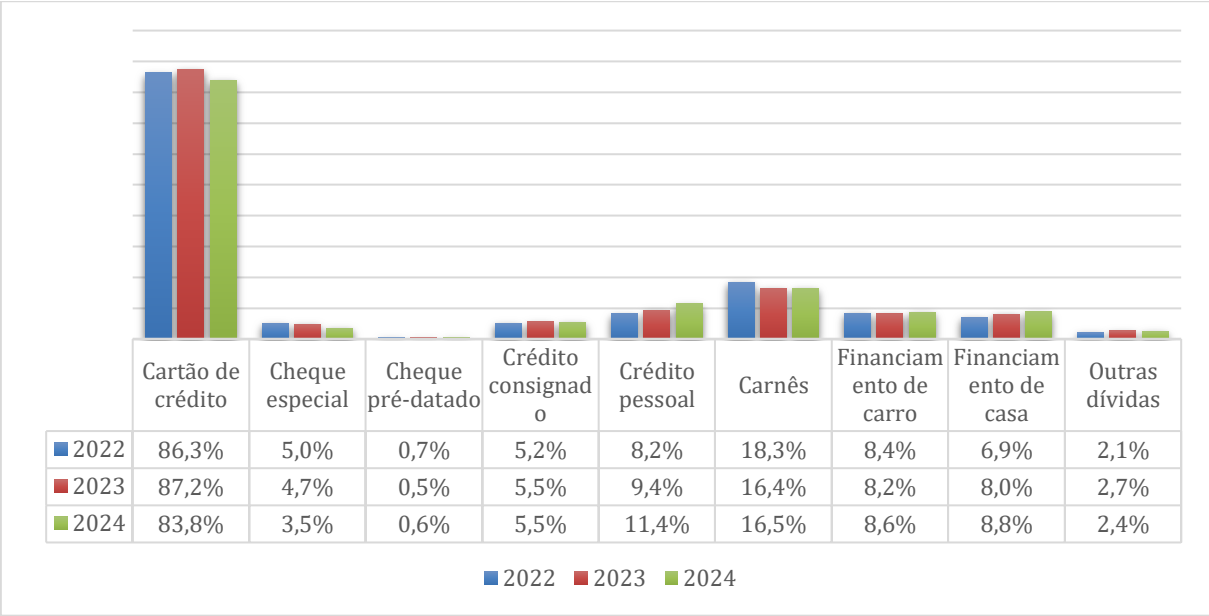
Já entre 2023 e 2024, observa-se uma reversão parcial desse movimento. O percentual de famílias endividadas voltou a crescer, ainda que de forma moderada, enquanto o indicador de famílias com dívidas em atraso apresentou aumento de 0,7 ponto percentual. Paralelamente, o percentual de famílias sem condições de pagamento continuou avançando, ainda que em menor intensidade, com crescimento de 0,6 ponto percentual. Esses resultados demonstram que as dificuldades financeiras permaneceram presentes no orçamento doméstico, mesmo diante de pequenas oscilações positivas em alguns indicadores.

Os dados evidenciam que o endividamento das famílias brasileiras não se restringe apenas ao aumento do acesso ao crédito, mas reflete também a deterioração das condições econômicas e da capacidade de pagamento das famílias (Assis, 2024; Serasa, 2022). Dessa forma, o Gráfico 5 reforça que a recuperação econômica observada no período ocorreu de maneira desigual e limitada, não sendo suficiente

para reduzir de forma significativa os níveis de inadimplência e comprometimento financeiro na população endividada.

Quanto aos tipos de dívida das famílias brasileiras, observa-se ampla predominância do cartão de crédito ao longo de todo o período analisado, presente em mais de 80% das famílias endividadas entre 2022 e 2024, conforme o Gráfico 6. Em 2022, essa modalidade correspondia a 86,3% das dívidas, passando para 87,2% em 2023 e reduzindo para 83,8% em 2024. Mesmo com essa leve redução no último ano analisado, o cartão de crédito permaneceu como principal instrumento de endividamento das unidades familiares.

Gráfico 6 - Distribuição dos Tipos de Dívida entre as Famílias Brasileiras (2022 a 2024).



Fonte: PEIC/CNC (2022; 2023; 2024).

A elevada participação do cartão de crédito evidencia tanto a facilidade de acesso quanto a flexibilidade dessa modalidade de pagamento. Entretanto, o uso excessivo do crédito rotativo e do parcelamento contribui para ampliar o comprometimento da renda familiar, especialmente em um cenário marcado por altas taxas de juros e inflação persistente. Dessa forma, embora o cartão de crédito facilite o consumo no curto prazo, ele também representa uma das principais fontes de inadimplência e desequilíbrio financeiro das famílias (Del Fiori et al., 2024).

Além do cartão de crédito, destacam-se os carnês, que permaneceram entre as modalidades mais recorrentes de endividamento, embora tenham apresentado leve redução ao longo do período, passando de 18,3% em 2022 para 16,5% em 2024. Esse comportamento pode indicar mudanças nos padrões de consumo e maior substituição do crediário tradicional por modalidades digitais de pagamento e parcelamento.

Observa-se também crescimento significativo do crédito pessoal, que passou de 8,2% em 2022 para 11,4% em 2024. Esse aumento demonstra que parte das famílias recorreu a empréstimos pessoais como alternativa para reorganização financeira, pagamento de dívidas anteriores ou manutenção do consumo diante das dificuldades econômicas observadas no período. O crescimento dessa modalidade revela não apenas maior dependência do crédito, mas também o agravamento das dificuldades de equilíbrio orçamentário das famílias brasileiras.

Os financiamentos de longo prazo, como financiamento de carro e de casa, apresentaram relativa estabilidade entre 2022 e 2024. O financiamento de veículos permaneceu próximo de 8%, enquanto o financiamento habitacional apresentou crescimento moderado, passando de 6,9% em 2022 para 8,8% em 2024. Os dados apontam que, apesar das restrições econômicas e do elevado custo do crédito, parte das famílias continuou buscando modalidades de financiamento voltadas à aquisição de bens duráveis e patrimônio.

Os dados do Gráfico 6 demonstram que o perfil da inadimplência da população entre 2022 e 2024 esteve fortemente concentrado em modalidades de crédito de curto prazo, especialmente no cartão de crédito. Esse cenário evidencia a crescente dependência das famílias em relação ao crédito para manutenção do consumo e reforça a necessidade de políticas voltadas à educação financeira, ao controle do superendividamento e à ampliação do acesso a modalidades de crédito mais sustentáveis.

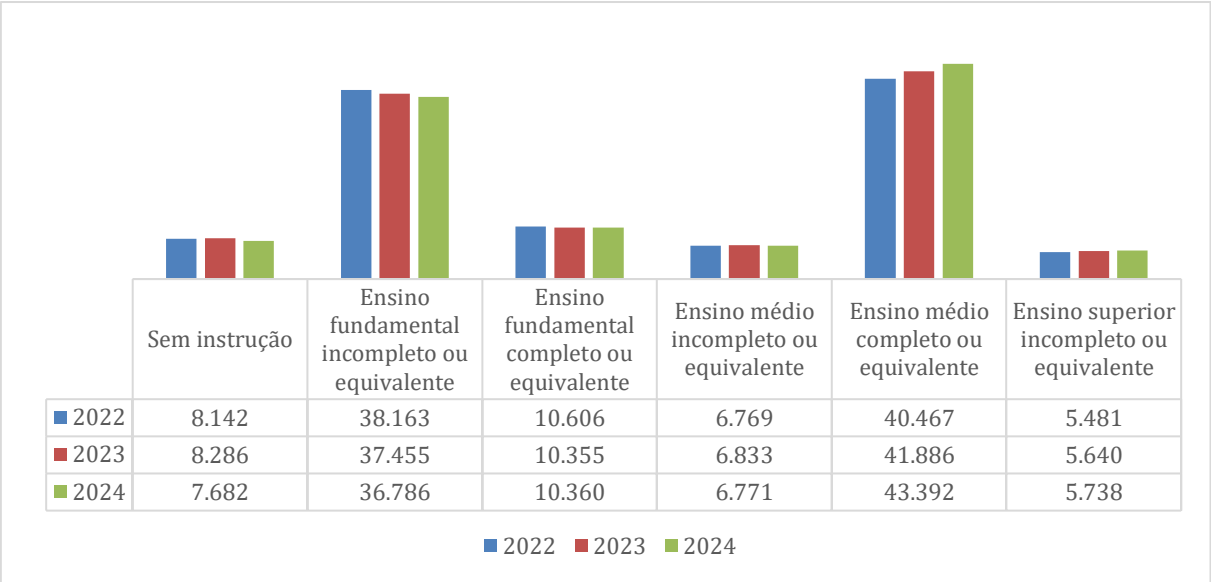
3.2 Análise do Comportamento Financeiro e do Endividamento das Famílias Brasileiras.

Conforme evidenciado anteriormente na revisão bibliográfica, fatores socioeconômicos como renda e escolaridade exercem influência significativa sobre o

comportamento financeiro das famílias brasileiras, impactando diretamente a organização orçamentária, o acesso ao crédito e os níveis de endividamento. Nesse contexto, a análise do perfil educacional da população torna-se relevante para compreender como o nível de instrução pode interferir na tomada de decisões financeiras e na capacidade de planejamento econômico das famílias.

O Gráfico 7 apresenta a distribuição da população adulta brasileira com 25 anos ou mais por nível de instrução entre os anos de 2022 e 2024. Observa-se que o maior contingente populacional se concentra no grupo com ensino médio completo ou equivalente, apresentando crescimento contínuo ao longo do período analisado. Em 2022, esse grupo representava 40,467 milhões de pessoas, passando para 41,886 milhões em 2023 e alcançando 43,392 milhões em 2024. Esse avanço demonstra uma gradual melhora no nível educacional da população brasileira, fator que tende a contribuir para maior acesso à informação financeira, melhores oportunidades de emprego e maior capacidade de tomada de decisões econômicas.

Gráfico 7 - Distribuição da população adulta por nível de instrução (2022–2024)



Fonte: PEIC/CNC (2022; 2023; 2024).

Por outro lado, verifica-se redução no número de indivíduos com ensino fundamental incompleto ou equivalente, que caiu de 38,163 milhões em 2022 para 36,786 milhões em 2024 (Gráfico 7). Essa diminuição pode indicar avanços no acesso e permanência da população nos níveis mais elevados de ensino, refletindo mudanças estruturais no perfil educacional do país.

Os grupos com menor escolaridade, como os indivíduos sem instrução, mantiveram participação relativamente estável, embora com leve redução em 2024. Já os grupos com ensino superior incompleto e ensino fundamental completo apresentaram pequenas variações, demonstrando estabilidade na composição educacional intermediária da população (Gráfico 7).

A relação entre escolaridade e comportamento financeiro torna-se evidente quando se considera que indivíduos com maior nível de instrução geralmente possuem maior acesso à educação financeira, maior compreensão sobre juros, crédito e planejamento orçamentário (Caprara, 2020). Dessa forma, tendem a administrar melhor seus recursos e apresentar menor vulnerabilidade à inadimplência. Em contrapartida, Silva (2025) argumenta que famílias com menor escolaridade frequentemente enfrentam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, menor renda e menor acesso à informação financeira, fatores que aumentam a exposição ao endividamento.

A relação entre escolaridade e endividamento evidencia que famílias com menor nível de instrução enfrentam maiores dificuldades para administrar seus recursos financeiros e honrar compromissos assumidos. O Quadro 4 demonstra que, entre as famílias com dívidas em atraso, os maiores percentuais concentram-se entre aquelas que não concluíram o ensino médio. Em 2024, esse grupo apresentou índice de 32,6%, enquanto as famílias com ensino médio completo registraram 28,1% no mesmo período.

Quadro 4 - Relação entre Nível de Instrução e Endividamento das Famílias Brasileiras (2022 a 2024).

Nível de Instrução e Endividamento (2022–2024)			
Famílias com Dívidas em Atraso			
Escolaridade	2022	2023	2024
Não concluíram 2º grau	31,90%	32,70%	32,60%
2º grau completo	27,00%	27,70%	28,10%
Famílias sem Condições de Pagar Dívidas em Atraso			
Escolaridade	2022	2023	2024
Não concluíram 2º grau	12,20%	16,70%	17,40%
2º grau completo	9,80%	11,30%	12,10%

Fonte: PEIC/CNC (2022; 2023; 2024).

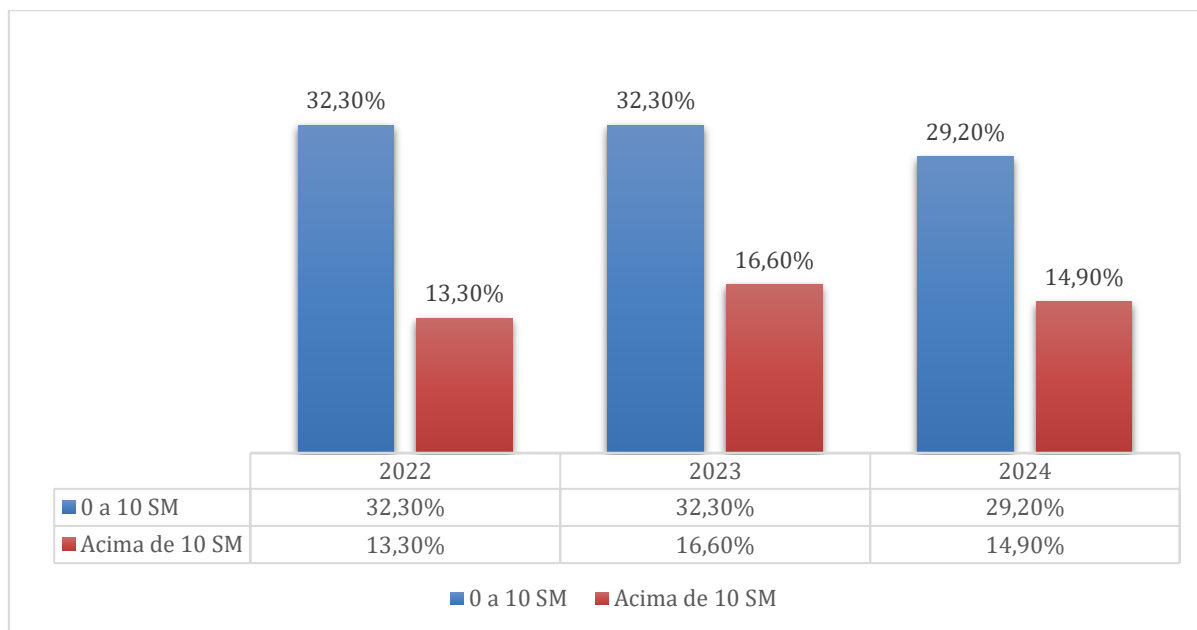
Observa-se ainda que essa diferença permaneceu relativamente constante entre 2022 e 2024, indicando que a baixa escolaridade continua associada a uma maior vulnerabilidade financeira. Em 2022, as famílias que não concluíram o ensino médio já apresentavam percentual de 31,9% de dívidas em atraso, índice superior ao observado entre famílias com ensino médio completo, que registraram 27,0%. Esse comportamento demonstra que o nível educacional influencia diretamente a capacidade de planejamento financeiro, controle orçamentário e compreensão das condições de crédito.

O Quadro 4 também evidencia diferenças significativas no percentual de famílias sem condições de pagar suas dívidas em atraso. Entre aquelas que não concluíram o ensino médio, os índices passaram de 12,2% em 2022 para 17,4% em 2024, representando um crescimento expressivo ao longo do período analisado. Já entre as famílias com ensino médio completo, os percentuais variaram de 9,8% para 12,1% no mesmo intervalo. Embora ambos os grupos tenham apresentado aumento da incapacidade de pagamento, os dados demonstram que a situação é mais crítica entre famílias com menor escolaridade.

A análise por faixa de renda evidencia que a vulnerabilidade financeira se concentra principalmente entre famílias de menor poder aquisitivo. O Gráfico 8 demonstra que, ao longo do período analisado, as famílias com renda entre 0 e 10 salários mínimos apresentaram percentuais significativamente mais elevados de dívidas em atraso quando comparadas às famílias com renda superior a 10 salários mínimos.

Percebe-se, ao analisar, que o crescimento do grupo com ensino médio completo pode representar uma transformação importante para o cenário econômico brasileiro, pois uma população mais escolarizada tende a desenvolver maior consciência financeira e maior capacidade de consumo planejado. Entretanto, é importante destacar que o aumento da escolaridade não elimina, por si só, os problemas relacionados ao endividamento das famílias, especialmente em um contexto marcado por inflação, altas taxas de juros e facilidade de acesso ao crédito.

Gráfico 8 – Famílias Brasileiras com Dívidas em Atraso por Faixa de Renda (2022 a 2024).



Fonte: PEIC/CNC (2022; 2023; 2024).

Em 2022, o percentual de famílias com dívidas em atraso na faixa de 0 a 10 salários mínimos foi de 32,3%, permanecendo no mesmo patamar em 2023 e reduzindo para 29,2% em 2024. Apesar da leve queda observada no último ano, os índices permanecem elevados, indicando que grande parcela das famílias de menor renda continua enfrentando dificuldades para manter o equilíbrio financeiro e cumprir seus compromissos.

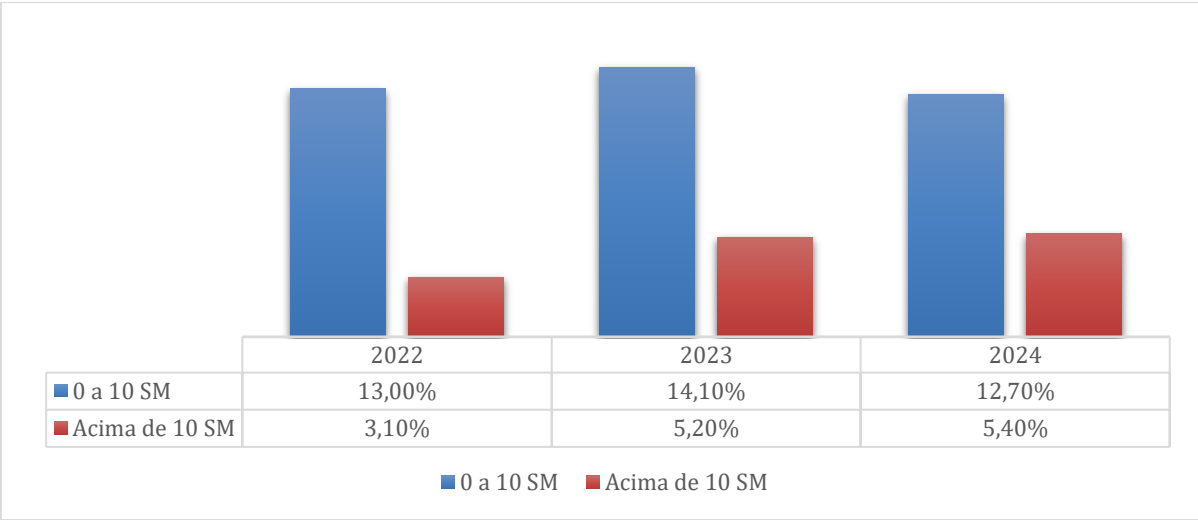
Por outro lado, entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, os percentuais de dívidas em atraso foram consideravelmente menores durante todo o período analisado. Em 2022, esse grupo registrou 13,3%, passando para 16,6% em 2023 e reduzindo para 14,9% em 2024. Embora tenha ocorrido aumento temporário em 2023, os dados demonstram que famílias de maior renda possuem maior capacidade de reorganização financeira diante de períodos de instabilidade econômica.

A diferença entre os grupos evidencia que a renda exerce papel fundamental na capacidade de pagamento das famílias. Famílias de menor renda tendem a comprometer parcela maior do orçamento com despesas essenciais, como alimentação, moradia e transporte, restando menor margem para lidar com imprevistos financeiros. Outro aspecto relevante é que, mesmo apresentando

percentuais menores de inadimplência, as famílias de renda mais elevada também registraram dificuldades financeiras no período analisado, especialmente em 2023.

Analogamente, o Gráfico 9 evidencia que as famílias de menor renda apresentam maiores dificuldades para quitar suas dívidas em atraso, demonstrando maior vulnerabilidade financeira ao longo do período analisado. Os dados revelam que, entre as famílias com renda de 0 a 10 salários mínimos, o percentual daquelas sem condições de pagar suas dívidas foi de 13,0% em 2022, aumentando para 14,1% em 2023 e reduzindo levemente para 12,7% em 2024.

Gráfico 9 - Famílias Brasileiras sem Condições de Pagar Dívidas por Faixa de Renda.



Fonte: PEIC/CNC (2022; 2023; 2024).

Em contrapartida, entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, os percentuais permaneceram significativamente menores durante todo o período analisado. Em 2022, apenas 3,1% dessas famílias declararam não possuir condições de quitar suas dívidas, percentual que aumentou para 5,2% em 2023 e atingiu 5,4% em 2024. Apesar do crescimento observado nesse grupo, os índices permanecem inferiores aos registrados entre as famílias de menor renda.

A diferença entre as faixas de renda demonstra que a capacidade econômica exerce influência direta sobre a solvência financeira das famílias. Enquanto famílias de maior renda possuem maior margem orçamentária para reorganizar despesas e absorver impactos econômicos, famílias de baixa renda enfrentam maiores

dificuldades devido ao elevado comprometimento da renda com despesas essenciais, como alimentação, moradia e transporte.

Nesse contexto, os resultados apresentados demonstram que o endividamento das famílias brasileiras não pode ser compreendido apenas como consequência de decisões individuais de consumo, mas também como reflexo das desigualdades estruturais presentes na sociedade. As diferenças observadas entre os grupos analisados evidenciam que a capacidade de enfrentar períodos de instabilidade econômica varia de acordo com as condições socioeconômicas de cada família, tornando determinados segmentos mais suscetíveis ao comprometimento financeiro e à inadimplência ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A presente monografia teve como objetivo analisar a importância da educação para as finanças pessoais, investigando de que maneira a ausência de instrução formal sobre finanças na formação escolar brasileira influenciou a capacidade dos indivíduos de tomar decisões financeiras racionais no período de 2022 a 2024. Nesse sentido, o objetivo geral e os específicos foram alcançados, uma vez que foi possível identificar os principais desafios enfrentados pelos indivíduos em decorrência da ausência de conhecimento financeiro formal, compreender a relevância da educação financeira na tomada de decisões econômicas e analisar os impactos da insuficiência desse conhecimento sobre o endividamento, a gestão orçamentária e a capacidade de poupança das famílias brasileiras.

O problema desta monografia também foi respondido ao longo da investigação, demonstrando que a educação financeira possui papel fundamental na tomada de decisões econômicas dos cidadãos brasileiros. Os resultados apresentados evidenciaram que indivíduos com menor acesso ao conhecimento financeiro apresentaram maiores dificuldades no planejamento das finanças pessoais, maior dependência do crédito de curto prazo e maiores índices de inadimplência, especialmente em contextos de instabilidade econômica e elevação do custo do crédito.

A hipótese estabelecida nesta monografia foi confirmada, considerando que, em um cenário marcado pela inflação acumulada de 5,79% no ano de 2022 e pela elevação da taxa Selic para 13,75% entre agosto de 2022 e julho de 2023, a ausência de educação financeira contribuiu significativamente para a adoção de decisões econômicas inadequadas e para o aumento do endividamento das famílias brasileiras. Observou-se que a dificuldade de compreender o funcionamento do crédito, dos juros e do planejamento financeiro reduziu a capacidade de parte da população de administrar adequadamente seus recursos e enfrentar períodos de instabilidade econômica.

A análise desenvolvida ao longo desta monografia demonstrou ainda que fatores como renda e escolaridade exercem influência significativa sobre a capacidade de organização financeira das famílias. Os dados analisados evidenciaram que indivíduos com menor nível de escolaridade e menor poder aquisitivo apresentaram

maiores índices de dívidas em atraso e maior dificuldade de reorganização financeira, tornando-se mais vulneráveis aos impactos da inflação, dos juros elevados e da redução do poder de compra.

Além disso, constatou-se que o cartão de crédito permaneceu como a principal modalidade de endividamento das famílias brasileiras durante o período analisado, seguido pelo crédito pessoal e pelos financiamentos. Em muitos casos, essas modalidades passaram a ser utilizadas não apenas para consumo, mas também como mecanismo de complementação de renda e cobertura de despesas essenciais, evidenciando a fragilidade financeira de grande parcela da população brasileira.

Os resultados também permitiram compreender que a ausência de educação financeira formal amplia os riscos de decisões impulsivas relacionadas ao consumo e ao uso inadequado do crédito. A predominância de decisões voltadas ao consumo imediato, em detrimento da poupança e do investimento, demonstrou a necessidade de fortalecimento de práticas de planejamento financeiro capazes de proporcionar maior equilíbrio econômico às famílias.

No que se refere à estrutura desta monografia, o primeiro capítulo permitiu compreender os fundamentos teóricos relacionados à educação financeira e sua relevância para a organização econômica dos indivíduos. Foram abordados conceitos relacionados ao planejamento financeiro, consumo consciente, crédito, poupança e investimento, demonstrando que a educação financeira vai além do simples controle de gastos, constituindo importante instrumento de promoção da autonomia econômica e da estabilidade social.

No segundo capítulo, observou-se a evolução do endividamento das famílias brasileiras no contexto econômico recente, especialmente entre os anos de 2022 e 2024. A análise dos indicadores econômicos evidenciou que fatores como inflação elevada, aumento da taxa Selic e redução do poder de compra impactaram diretamente a capacidade financeira das famílias. Nesse cenário, verificou-se crescimento da dependência do crédito, principalmente do cartão de crédito e do crédito pessoal, aumentando os níveis de inadimplência e comprometimento da renda familiar.

Já no terceiro capítulo, os dados analisados permitiram identificar a relação entre escolaridade, renda e capacidade de gestão financeira. Constatou-se que famílias com menor nível de instrução formal apresentaram maiores dificuldades de

planejamento orçamentário, maior percentual de dívidas em atraso e maior incapacidade de pagamento. Os resultados também evidenciaram que a ausência de educação financeira contribuiu para decisões econômicas menos planejadas, ampliando a vulnerabilidade financeira das famílias brasileiras e reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à educação financeira.

Diante desse contexto, a educação financeira revela-se uma ferramenta indispensável para o fortalecimento da autonomia econômica e para a construção de hábitos financeiros mais sustentáveis. A ampliação do acesso ao conhecimento financeiro, especialmente por meio das instituições de ensino e de políticas públicas voltadas à orientação econômica da população, pode contribuir para decisões financeiras mais conscientes, redução da inadimplência e melhoria das condições de vida da sociedade.

Portanto, conclui-se que a educação financeira constitui instrumento essencial para a promoção da autonomia econômica, redução da vulnerabilidade social e fortalecimento da sustentabilidade financeira das famílias brasileiras, especialmente diante dos desafios econômicos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wálmisson Régis de; SOUZA, Alice Amaral; NAZÁRIO, Rafaela da Silva; ABI-ACL, Renato Scalón. A abordagem da temática Educação Financeira em alguns Livros Didáticos do Novo Ensino Médio. **Revista Paranaense de Educação Matemática**, [S. l.], v. 13, n. 30, p. 260–284, 2024.

ALVES, Lira de Oliveira; RODRIGUES, Flávia Gabryelle da Silva; COSTA FILHO, Hélio Otávio; MACIEL, Emily Tavares Pessoa; ALMEIDA, Maria das Graças Nóbrega de. A importância da educação financeira e do orçamento familiar frente à pandemia do COVID-19. In: **USP International Conference In Accounting**, 20., 2020, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2020. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20Usplnternational/ArtigosDownload/2931.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2026

ANCELMO, Lúcia Aparecida; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. A cultura do consumo e o endividamento excessivo: uma discussão sobre possíveis intervenções da educação financeira. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, e444111132282, 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Endividamento de risco no Brasil: atualização, impacto no Sistema Financeiro Nacional e qualificação dos indicadores. **Série Cidadania Financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão**. Banco Central do Brasil – Brasília: 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das taxas de juros 2025**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BARBOSA, O. **Educação financeira: vencendo os tabus do dinheiro**. Goiânia: Kelps, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Brasília, DF: Presidência da República, 2020.

BEZERRA, Waldecirly Melgaço et al. Níveis e modalidades da educação brasileira após a LDB 9394/96. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 2019. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

BEZERRA. Y. J. R. **Análise bibliométrica de estudos em educação financeira**. 2021. 57 f. Monografia (Graduação em Finanças) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/60481/1/2021_tcc_yjrbezerra.pdf> Acesso em: 10 mar. 2026.

BOISCLAIR, David; BUSBY, Colin; D'ASTOUS, Philippe. Financial literacy and knowledge of the retirement income system in Canada. **Journal of Financial Literacy and Wellbeing**, v. 1, n. 3, p. 450–485, 2023.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Previdência. Educação financeira: alguns apontamentos. In: BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Previdência. **Informe de Previdência Social**: resultado do RGPS – set. 2020. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/publicacoes-previdencia/publicacoes-sobre-previdencia-social/informes/arquivos/2020/informe-de-previdencia-outubro-2020.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2026.

CAF – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA. **Educação financeira na América Latina e Caribe: situação atual e desafios**. Caracas: CAF, 2021. Disponível em: <https://www.caf.com/pt/areas-de-acao/inclusao-e-educacao-financeira/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

CAPRARA, B. M.. Condição de Classe e Desempenho Educacional no Brasil. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 4, p. e93008, 2020.

CERBASI, G. **Como Organizar sua vida financeira** (recurso eletrônico): Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CLAUDIANO, Matheus Vitor Rosário. **A relação do endividamento financeiro com a qualidade de vida dos brasileiros e recomendações para superar essa realidade**. 2025. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência e Economia) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Alfenas, Varginha, 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC 2022**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/01/cnc-endividamento.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC 2023**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/01/inadimplencia-peic-cnc-2023.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC 2024**. Brasília, 2024. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2024/12/Relatorio_Peic_nov24.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; SILVA, Marcio Nascimento da. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 69–84, 2018.

DEL FIORI, Diogo; FRANCO NEVES, Salomão; THURY DE VIEIRA SÁ, Mauro; ONEDILSON LINO VIEIRA JUNIOR, Raimundo. O endividamento da população brasileira: o papel da educação financeira. **Informe Econômico (UFPI)**, [S. l.], v. 49, n. 2, 2024.

DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. Educação financeira: uma ciência comportamental. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 4, 2022.

EUROPEAN BANKING FEDERATION. **Financial literacy playbook for Europe**. Bruxelas: EBF, 2020. Disponível em: <https://www.ebf.eu/wp-content/uploads/2020/11/EBF-Financial-Literacy-Playbook-for-Europe.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

FERNANDES, Elvis Maicon; FERNANDES, Simone Aguiar. **Financial education as a form of social inclusion**. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Pública EAD). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Ariquemes-RO, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifro.edu.br/items/2a9382c9-2784-4ff3-b1f1-87375cc2e4d4>. Acesso em: 24 mar. 2026.

FORTE, Claudia M. J. **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF)**: em busca de um Brasil melhor. 1. ed. São Paulo: Riemma Editora, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA (IBRE). **Sondagem do consumidor: endividamento 2025 – quesito especial do consumidor: endividamento**. Fundação Getúlio Vargas, 2025. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/system/files/2025-12/pressrelease-sondagem-do-consumidor-quesito-especial-endividamento-2025-2.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2026.

HENNINGS, Katherine; RIBEIRO, Livio. **Precisamos falar sobre o endividamento e a inadimplência das famílias**. *Blog do IBRE*, 1 abr. 2026. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br>. Acesso em: 5 abr. 2026.

HUF, Eloá; ZDANOWICZ, José Eduardo. A importância do planejamento financeiro pessoal: estudo de caso com as formandas 2016 do curso de administração das Faculdades Integradas de Taquara. **Revista de Administração de Empresas Eletrônica (RAEE)**, n. 7, 2017. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/raee/article/view/xxx>. Acesso em: 10 mar. 2026.

ILHA, Jane de Moraes; MAYORGA, Willyam; JUNQUEIRA ÂNGULO, Marcelo; HORITA, Juliana Haruko. Foco que gera resultado: como personalizar para impactar? IN: **Educação financeira: um retrato das iniciativas no Brasil 2024–2025**. ANBIMA, 2025. Disponível em: https://www.anbima.com.br/data/files/9B/54/F2/61/48B5791010999579B82BA2A8/relatorio_ANBIMA_mapa_iniciativas_educacao_financeira.pdf. Acesso em: 19 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) 2022. **Panorama**. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>> Acesso em: 10 mar. 2026.

KIYOSAKI, R. T. **Pai rico, pai pobre**: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro. Ed. comemorativa de 20 anos atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

KUNKEL, F. I. R.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G.. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. **Revista de Administração (São Paulo)**, v. 50, n. 2, p. 169–182, abr. 2015.

LAZARETTI JR., Roberto Carlos; CASTANHEIRA, Giulia da Silva; MASCHIO, Patrícia Aparecida Scherite. A importância da educação financeira no Brasil. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 12, 2024.

LENA, Ângelo Valentim. **A estrutura, divisão e classificação da educação escolar no Brasil**: níveis, etapas e modalidades educacionais do ensino brasileiro à luz da LDB. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação, 2025.

LIMA, Érika Cordeiro de Albuquerque dos Santos Silva. **Relações de consumo e superendividamento**: um estudo à luz da Lei n.º 14.181/2021. 2023. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Jurídicas, Recife, 2023.

LOPES, Marcela Galvão; CIRIBELI, João Paulo; MASSARDI, Wellington de Oliveira; MENDES, Wanderson de Almeida. Análise dos indicadores de inadimplência nas linhas de crédito para pessoa física: um estudo utilizando modelo de regressão logística. **Revista do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 46, p. 75-90, jul./dez. 2017.

LUCENA, W. G. L., SANTOS, J. M. A., ASSIS, J. T de., SANTOS, M. C. dos S. Fatores que influenciam o endividamento e a inadimplência no setor imobiliário da cidade de Toritama – PE à luz das finanças comportamentais. **Holos**, vol. 6, 2014.

MERCO, J.; KLAUS BUBECK, S.; MANOEL RODRIGUES JUNIOR, M. EFEITO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ATITUDES FRENTE AO DINHEIRO NA PROPENSÃO AO ENDIVIDAMENTO. **Revista Mineira de Contabilidade**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 10–23, 2025.

MARTINS, Fabiana Venhoven; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. Educação Financeira no ensino médio: uma sequência didática para o desenvolvimento da tomada de decisões. **Revista de Produção Discente em Educação Matemática**, v. 11, n. 1, p. 51-62, 2022.

MASSARO, André. **Como cuidar de suas finanças pessoais**: CFA , 2015. – Brasília, DF: Conselho Federal de Administração, 2015.

MEDEIROS, André Luiz; MINEIRO, Andréa Aparecida da Costa; GUIDA, Juliana Lima de Rezende; VALERIO, Victor Eduardo de Mello. Associação entre educação financeira, conhecimento financeiro e alfabetização financeira: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, n. 257, set./out. 2022.

MESSY, F.; MONTICONE, C. Financial education policies in Asia and the Pacific. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, n. 40, OECD Publishing, Paris, 2016

NEGRI, Maria Clara; SILVA, Suéllen Danúbia da; MENDES, Ijosiel. EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 747–759, 2023.

NEMOS, Camila Labres; DURO, Mariana Lima; FOGLIARINI FILHA, Claudia Brum de Oliveira. Educação financeira na escola: limites e possibilidades. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, v. 13, n. 3, e6250, 2023.

NOGUEIRA, Pedro A. Educação Financeira: contribuições para uma melhor gestão financeira. **Revista Científica Acertte - ISSN 2763-8928**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. e47197, 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD/INFE brochure 2025**. Paris: OECD Publishing, 2025. Disponível em: [https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/topics/policy-sub-issues/financial-education/INFE%20brochure%202025%20\(1\).pdf](https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/topics/policy-sub-issues/financial-education/INFE%20brochure%202025%20(1).pdf). Acesso em: 05 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **A educação no Brasil: uma perspectiva internacional**. Paris: OCDE, 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD/INFE toolkit for measuring financial literacy and financial**

inclusion. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/oecd-infe-toolkit.htm>. Acesso em: 19 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD/INFE Report on financial education in APEC economies: policy and practice in a digital world.** 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/2019-financial-education-in-apec-economies.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Education at a Glance 2005:** OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2005. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/pt/publications/reports/2005/09/education-at-a-glance-2005_g1gh5bac/9789264047853-pt.pdf. Acesso em: 19 mar. 2026.

PAIM, Bruno. Perfil da dívida das famílias e o Sistema Financeiro Nacional. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 9-24, 2015.

PEREIRA, F.; CAVALCANTE, A.; CROCCO, M. Um plano nacional de capacitação financeira: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, v. 28, p. 541–561, 2019.

PRADO, Anderson Martins Rocha do; MARIN, Douglas. Perspectivas e desafios da educação financeira no ensino médio pós-pandemia: uma análise qualitativa de produções acadêmicas (2022-2024). **Cadernos da FUCAMP**, v. 47, p. 135–152, 2025.

QUEIROZ, Jádla Almeida. **Educação financeira infantil no Japão e na Nova Zelândia:** modelos de sucesso e possibilidade de aplicação em diferentes contextos. 2025. 42 f. Artigo (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Roraima, Centro de Ciências Administrativas e Econômicas, Departamento de Contabilidade, Boa Vista, 2025.

REBOUÇAS, Lailson da Silva; ROCHA, Ericka Maia da; COSTA, Wenyka Preston Leite Batista da. Fatores influenciadores da inadimplência e seus impactos: um estudo nas instituições financeiras. **Revista Gestão e Conhecimento**, v. 11, n. 1, jan. 2017.

RIBEIRO, C. T. Agenda em políticas públicas: a estratégia de educação financeira no Brasil à luz do modelo de múltiplos fluxos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 3, p. 486–497, jul. 2020.

ROMÃO, Lucas Sell; AMBONI, Nério. Reflexões da Educação Financeira pelo mundo e no Brasil. **Em Teia | Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2024. DOI: 10.51359/2177-9309.2024.261336.

SANTOS, Timna Moabe Cerqueira dos; SANTOS, Rafael Bertoldo dos; CORRÊA, Solange Rodrigues dos Santos; CRUZ, Gustavo da. Endividamento das famílias brasileiras como reflexo do acesso facilitado ao crédito em um cenário de carência de alfabetização financeira. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 12, p. 2283–2297, 2025.

SAMPAIO, Marília de Ávila e Silva. **Superendividamento e consumo responsável de crédito** [recurso eletrônico]. Brasília: TJDFT, 2018.

SERASA. **Perfil e comportamento do endividamento brasileiro 2022**. [S.l.]: Serasa, 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-de-endividamento-2022/>. Acesso em: 05 mar. 2026.

SILVA, Erilane Melo da. **Endividamento das famílias brasileiras no período de 2013 a 2023: uma análise socioeconômica**. 2025. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba, 2025.

SILVA, Mateus Otoni; FRANCISCO, José Roberto de Souza; REIS, Deyse Almeida dos. Educação financeira na educação básica. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 15, p. e210111537048, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37048>. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/rsd/article/view/37048>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SILVA, Valéria Rosário. **Superendividamento**: causas, consequências e responsabilização. 88 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS, Centro Universitário de Brasília (CEUB), Brasília, 2023.

TEIXEIRA, Fátima; RUIZ, Erica; FELDBERG, Camila; MOLINA, Sarai Elizabeth Vega. Educação financeira e desenho educacional: reflexões e perspectivas. In: **Educação financeira: um retrato das iniciativas no Brasil 2024–2025**. São Paulo: ANBIMA, 2025. Disponível em:
[https://www.anbima.com.br/data/files/9B/54/F2/61/48B5791010999579B82BA2A8/relatorio ANBIMA mapa iniciativas educacao financeira.pdf](https://www.anbima.com.br/data/files/9B/54/F2/61/48B5791010999579B82BA2A8/relatorio%20ANBIMA%20mapa%20iniciativas%20educacao%20financeira.pdf). Acesso em: 19 mar. 2026.

VALENTIM, M. E. C. .; DE MELO , G. C. V. .; BENTO , F. J. da S. .; REGO FILHO , F. S. .; RÊGO , S. M. de O. .; COSTA , Y. P. D. .; DE MORAIS , L. A. . Gestão financeira e inadimplência: uma análise do endividamento de clientes de uma empresa do Alto Oeste Potiguar. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 13, n. 4, p. 2009–2030, 2022.

VIEIRA, G.; PESSOA, C. Educação financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais? *Educação Matemática Pesquisa*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 658-688, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/47580>. Acesso em: 19 mar. 2026.



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO TCC

Declaro, para os devidos fins, que o estudante **Eric Cavalcante Panca**, matrícula: 2022.2.0021.0008-0, regularmente matriculado no 8º semestre letivo do Curso de Ciências Econômicas, no turno noturno, da Escola de Direito, Negócios e Comunicação, **ESTÁ APTO**, a apresentar e submeter seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme disposto no Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCC) em banca para avaliação.

Goiânia, 25 de maio de 2026.

Professor/Orientador: Ms. Miguel Rosa dos Santos

Ciente:

Estudante/Acadêmico: Eric Cavalcante Panca



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PRODUÇÃO ACADÊMICA

O estudante, Eric Cavalcante Pança, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula: 2022.2.0021.0008-0, telefone: (62) 98242-0227, e-mail: ericvs.ec@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Análise da Importância da Educação Financeira para a Tomada de Decisões Econômicas dos Brasileiros, no Período de 2022 a 2024”, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SNS); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 12 de junho de 2026.

Assinatura do autor:

Nome completo do autor: Eric Cavalcante Pança

Assinatura do professor- orientador:

Nome completo do professor-orientador: Ms. Miguel Rosa dos Santos